

O REPÓRTER

CURSO DE JORNALISMO UNAERP

2º SEMESTRE 2021 EDIÇÃO 7



Renan Galati

CEMITÉRIO DA SAUDADE

LENDAS E HISTÓRIAS DE FANTASMAS

Com quase 130 anos, no centro do Campos Elíseos, o Cemitério abriga mais de 7 mil túmulos e 2.600 gavetas ossuárias. Até 2019 haviam sido sepultados ali 134 mil pessoas. São ricos, de famílias tradicionais, em jazigos de mármore e ornamentos em bronze. Ao lado, um túmulo simples, caído de branco, com flores de plástico desbotadas, guarda os restos mortais de um cidadão anônimo, muitas vezes sem mesmo uma placa de identificação.

Páginas 23 e 24



Thomaz Cavalcanti

OBRA PARADA CAUSA PREJUÍZO E TRANSTORNO NA NOVE DE JULHO

Uma das avenidas mais movimentadas de Ribeirão Preto, a Nove de Julho está paralisada desde abril de 2020, causando prejuízo aos comerciantes locais e atrapalhando o tráfego na região. A obra foi abandonada pela empresa responsável, que está sendo multada pela Prefeitura. A previsão é de retomada no início de 2022, depois da nova licitação. *Página 3*

VIZINHOS DE TRANSPORTADORA DE VALORES VIVEM COM MEDO

Na rua Humaitá, no Santa Cruz do José Jacques, uma empresa de transporte de valores está instalada em meio a residências. Há mais de 10 anos, moradores convivem com fuzis, homens armados, carros fortes entrando e saindo e muito medo de assaltos violentos. A luta para remover a empresa do local tem até mesmo o apoio de vereadores. *Página 17*



Felipe Faustino

RIBEIRÃO VERDE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DE SEU PROJETO ECOLÓGICO

Com mais de 50 mil moradores, quatro bairros e um Assentamento, quando foi criado o Complexo tinha proposta de preservar matas e as áreas de recarga do Aquífero Guarani. A ideia foi destruída pelo uso inadequado da ocupação do solo e falta de planejamento urbano. Há anos, a Associação luta para recuperar uma parte do projeto original. *Página 11*

ALUNOS E PROFESSORES QUEREM SUPERAR O DÉFICIT DA PANDEMIA

Escolas do bairro José Sampaio estão usando criatividade e muito empenho para que seus alunos não percam o ano letivo por causa da pandemia. Com duas escolas públicas, a municipal Antônio Palocci e a estadual Dom Romeu Alberti, o esforço é para que crianças e adolescentes superem o déficit dos quase dois anos de isolamento social. *Página 10*

COMÉRCIO NA LAGOINHA TEM ALTA ROTATIVIDADE

ALUGUÉIS ELEVADOS E BAIXA DEMANDA DIFICULTAM MANTER NEGÓCIOS ABERTOS

CAROLINE CARMO

O setor comercial da economia ribeirão-pretana está espalhado em polos comerciais que vão além da área central, se estendendo aos bairros de diferentes classes econômicas. No bairro Lagoinha, localizado na zona leste, o comércio local atende os moradores das imediações e está concentrado, em uma de suas avenidas principais, a Niterói, com lojas de vestuário, supermercados, farmácias, restaurantes e outros.

Sobreviver com um comércio instalado em um bairro dirigido aos moradores das imediações não é fácil e durante a pandemia a situação se complicou ainda mais. Mesmo com a flexibilização das normas de isolamento social e reabertura dos estabelecimentos, apenas no primeiro bimestre de 2021, 401 empreendedores encerraram suas atividades e deram baixa na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

COMERCIANTES LOCAIS

Segundo Roberto Nascimento, comerciante instalado na Rua Niterói, no intervalo de um ano, o ponto comercial vizinho já mudou de locador três vezes, migrando do setor de vestuário para alimentação. Maria Eduarda, também comerciante, diz que do estabelecimento ao seu lado muda constantemente de setor, que já foi gerenciado como varejão, mercado e agora como restaurante de culinária árabe.

De acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o setor de vestuário e calçados foi o mais afetado (22,29 mil), seguido do setor de supermercados e hipermercados (13,3 mil).

Araújo Júnior, um dos sócios do restaurante de culinária japonesa Sohu, conta que tem sido um desafio manter o estabelecimento que está no bairro de portas abertas há três meses. “Grande parte de nossas vendas é feita pelo



Muitas lojas fechadas na principal avenida do bairro

consumo local e não temos obtido muito retorno agora no início”.

ALTOS CUSTOS DE LOCAÇÃO

Algo que se destaca na avenida é a volatilidade do comércio. Em duas quadras há 17 pontos comerciais, dos quais 15 se encontram ativos. Nem todos conseguem se consolidar e fidelizar clientes que gerem faturamento suficiente para cobrir os custos fixos do local.

Um fator que contribui para o desafio de se manter na região é o alto custo de locação que pode iniciar em 4 mil reais em espaços de aproximadamente 50 m², até 10 mil reais em espaços maiores, como o de restaurantes que atendem maior quantidade de pessoas, segundo dados informados pela imobiliária Lago Imóveis.

Gladstone Canterelli, gerente da pizzaria Maquepizza, conta que o desempenho do restaurante durante o período de altos índices de contaminação se transformou radicalmente. A empresa enfrentou obstáculos para se

manter, mas seguiu com seus serviços, focando no sistema de delivery e manteve sua equipe de colaboradores. “Temos o total de 22 funcionários, que nas fases mais restritivas intercalaram em grupos de apenas quatro pessoas para exercer as funções presenciais. Não demitimos ninguém”. O estabelecimento, consolidado há 22 anos na localidade, também considera os clientes locais um dos pilares mais importantes para a permanência do restaurante.

Mesmo diante dos desafios para se manter no bairro, os comerciantes pretendem continuar. Tiago Nardin, sócio do Nardin Burger, afirma que uma meta para 2022 é investir no espaço da hamburgueria, como um chamariz para estimular o consumo presencial. “O delivery atualmente nos dá mais retorno que o consumo local. Queremos trazer mais pessoas para o presencial, sem diminuir a quantidade de entregas”, diz o empresário que já conta com duas filiais fixas na cidade e um food truck na praça da Bicicleta, zona sul de Ribeirão Preto.

EXPEDIENTE

O REPÓRTER é um jornal laboratorial comunitário publicado pelo curso de Jornalismo da Unaerp – Universidade de Ribeirão Preto e desenvolvido nas disciplinas Produção e Edição em Jornalismo II, Design Gráfico e Fotografia, na 4ª Etapa do curso

UNAERP – UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Reitora: Profa Elmara Lucia de Oliveira Bonini

COORDENAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO

Prof. Geraldo José Santiago

EDIÇÃO: Profa Elivanete Zuppolini Barbi

DESIGN GRÁFICO: Prof. João Flávio Almeida

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA: Prof. Jefferson Barcellos

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gabriel Bordonal (LEGOGRAF)

REPORTAGEM E FOTOGRAFIA

Agenor Filho, Caroline Carmo, Gabriela Viana, Antônio Melo, Brenda Marchiori, Brunna Rocinholi, Eduarda Rosario, Felipe Faustino, Geisiane Cantuária, Giulia Carvalho, Guilherme de Andrade, Hector Alcantara, Hugo Luque, Isabella de Lima, Júlia Cruz Gatto, Larissa Vieira, Luiz Felipe Sciarra, Maria Eduarda Francisco, Maria Júlia Oliveira, Mauro Marinho, Otavio Mussolini, Pedro Dias, Pedro Henrique Ruiz, Pedro Solly, Renan Galati, Rodrigo Trindade, Rubens Avelar, Viniccus Oliveira.

OBRA BLOQUEIA NOVE DE JULHO E CAUSA PREJUÍZOS

EMPRESA DESISTIU E ABANDONOU O CONTRATO; PREFEITURA MULTOU, MAS O PROBLEMA CONTINUA

RODRIGO TRINDADE e
RUBENS AVELAR

Iniciada em março de 2013, durante a gestão da ex-prefeita Darcy Vera, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) disponibilizou em torno de R\$500 milhões destinado à realização de obras em toda a cidade de Ribeirão Preto. Retomado em 2017 pelo atual prefeito Duarte Nogueira (PSDB), com o nome de Programa Ribeirão Mobilidade, entre as obras incluídas no programa, a do túnel localizada entre as avenidas Nove de Julho e Independência causa transtornos e prejuízos.

Paralisada em abril de 2021, a empresa Contersolo, responsável pela obra, alegou que o aumento dos preços de cimento e aço a impediu de continuar o projeto com mais duas pontes, pelo valor R\$ 53 milhões como aprovado na licitação. Procurada, a empresa não atendeu.

Em nota, a Prefeitura informou oficialmente a rescisão do contrato com a empresa Contersolo. “A Prefeitura de Ribeirão Preto informa que rescindiu o contrato com as empresas Contersolo e Coesa responsáveis por quatro, das 30 obras do Programa Ribeirão Mobilidade, por descumprimento de cláusulas contratuais”.



Obra paralisada na 9 de Julho: multa para a empresa

A Secretaria de Obras Públicas informou em nota que o percentual construído da obra é de 14% e que uma equipe técnica realiza um levantamento. A Secretaria também fala que já rescindiu com a empresa responsável pelo descumprimento do contrato e que iniciará um novo processo licitatório. A previsão de retorno da obra é para o primeiro bimestre de 2022.

A Contersolo solicitou à Prefeitura um reequilíbrio contratual duas vezes. Na primeira, a empresa não apresentou dados suficientes comprovando o prejuízo e teve o pedido negado pela administração municipal.

O segundo pedido, com dados mais consistentes, foi acatado, porém a empresa optou por desistir do contrato após quatro meses de negociação, “causando prejuízo ao interesse público”, como relatado em nota.

Com a paralisação da obra, os comerciantes locais reclamam sobre os prejuízos que vêm enfrentando. Esse é o caso de Juliana Furtada, gerente da loja Boticário, que desabafou em depoimento sobre as dificuldades que tem enfrentado “Com a baixa do movimento, os clientes optam por visitar outras unidades da loja e ficamos no total prejuízo”.

PARQUE PORTINARI LUTA POR ÁREA DE LAZER E ESPORTE

PREFEITURA REALIZA MELHORIAS, MAS MORADORES REIVINDICAM ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO

PEDRO DIAS

O bairro Cândido Portinari, localizado na zona leste, passou muito tempo esquecido. Na gestão do atual prefeito, foram feitas obras de infraestrutura, como recapeamento asfáltico, ampliação da principal avenida, entre outras reformas, mas apesar desses ganhos, os moradores continuam sentindo falta de espaços para lazer e prática de esportes.

Segundo informações da assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal, a região leste, onde está localizado o Portinari, foi contemplada com a duplicação, prolongamento e recapeamento da avenida Profa. Diná Rizzi, uma demanda muito antiga da população da região. Foram 410 metros de obra, entre as ruas José Antônio Pontoglio e Dr. Waldo Silveira. O cenário se transformou, inclusive eliminando alagamentos que havia no local.

Ainda que tenham sido resolvidos muitos problemas da região, os terrenos de propriedade da Prefeitura, que poderiam ser utilizados para áreas de lazer e esporte, estão abandonados. O presidente da Associação de Moradores, Erisvaldo Alves Marinho, diz que as áreas públicas não são bem aproveitadas.

Em um desses espaços, na rua Adenilson Tamegá Monteiro, estão instaladas uma quadra de futebol, uma academia ao ar livre e uma área de proteção ambiental. No entanto, a precariedade, como a falta de iluminação, torna o local inseguro, pois a Prefeitura não faz a manutenção.

Devido ao abandono, os moradores utilizam as calçadas e as redondezas para fazer suas caminhadas. Para contornar a situação, a Associação de Moradores desenvolveu um projeto de área de lazer e esporte para o bairro. Em andamento na prefeitura, a área conta com vestiário, quadra de areia, escola infanto-juvenil, espaço cultural,

campo de futebol e melhorias na academia ao ar livre.

O principal objetivo é unir o bairro, tornando o local um ponto chave para os moradores realizarem as atividades esportivas, quermesses e local de doação de alimentos e outros trabalhos sociais, como ajuda a pessoas desempregadas.

A Associação busca trabalhar com parcerias privadas com comerciantes e moradores do local, procurando captar recursos financeiros independentemente da prefeitura, porém a pandemia da Covid-19 paralisou as ações. Somente agora, está conseguindo retomar a documentação e o desenvolvimento do projeto junto com seus parceiros.



Academia ao ar livre em estado de abandono

DISTÂNCIA ENTRE HC E O NOVO BOM PRATO PREOCUPA PACIENTES E FUNCIONÁRIOS

A UNIDADE TERÁ CAPACIDADE PARA 1,4 MIL REFEIÇÕES E 300 CAFÉS DA MANHÃ DIARIAMENTE



Obra será entregue à população no primeiro semestre de 2022

AGENOR FILHO

A segunda unidade do Bom Prato, em Ribeirão Preto está sendo construída a 700 metros do Hospital das Clínicas, na avenida Governador Lucas Nogueira Garcez, 500, zona Oeste da cidade. Com 30% das obras concluídas, segundo informações do Setor de Fiscalização de Obras da Prefeitura, a previsão é que o restaurante popular, que pretende beneficiar pacientes do hospital, seus acompanhantes e a população em geral, seja entregue no primeiro semestre de 2022.

O Bom Prato do Hospital das Clínicas terá área total de 2.460 m², sendo 1.103 metros de área construída. O projeto beneficiará, sobretudo, pacientes do HC e seus acompanhantes. O valor do investimento é de R \$3,6 milhões.

Mas, segundo pacientes e funcionários, a construção ficou distante do hospital. Os usuários alegam não ter condução para se locomover até ao restaurante e o tempo gasto caminhado pode prejudicá-los no horário de suas consultas. Além disso, muitos chegam ao hospital fragilizados para andar quase um quilômetro a pé.

É o caso da artesã de Ribeirão Preto, Juliana Barreto, paciente há três anos no HC, que passa horas no Hospital em dias de consulta e reclama que nas imediações é tudo caro. “Com o Bom Prato tudo vai melhorar muito”.

A oficial administrativa, Rachel Fogaça Machado, questiona a escolha do lugar para a construção devido à distância e cita vários pontos no campus da USP com prédios que poderiam servir de local para o restaurante. “Se não houver um leva e traz até o local, fica mais fácil ir até à unidade do Bom Prato no centro da cidade de ônibus”.

Segundo a Transerp, empresa que administra o transporte de Ribeirão Preto, existe possibilidade com a instalação dos corredores, de ônibus.

PROMESSA DE CAMPANHA

Após três anos de tentativas, a nova unidade do Bom Prato terá capacidade para servir 1,4 mil refeições e 300 cafés da manhã diariamente a pacientes, acompanhantes e moradores da região do HC. As negociações para a instalação da segunda unidade do Bom Prato em Ribeirão Preto tiveram início em 2017. Após promessa do governador João Dória (PSDB), ficou acordado que o restaurante seria inaugurado no primeiro semestre de 2020.

Ao menos dois locais haviam sido cogitados para receber o restaurante. Um no Jardim Monte Alegre, que foi descartado pela distância, e o segundo, na Avenida Lucas Nogueira Garcez, no Jardim Paiva, que é considerado o “ideal”.

Quando tudo parecia encaminhado, um empresário, que prefere não ser identificado, se dispôs a construir o restaurante na Rua Capitão Pereira

Lago. Porém, desistiu pouco tempo depois, fazendo com que as negociações voltassem ao endereço no Jardim Paiva.

Após esse episódio, um acordo foi celebrado com a USP para que a universidade cedesse uma área. O terreno foi liberado sem nenhum tipo de contrapartida, desde que fosse mantido o caráter social do projeto. Porém, a prefeitura alegou que o terreno não atendia às necessidades para implantação do restaurante e recusou a doação. Dois meses depois, o governo anunciou o novo terreno na Avenida Governador Lucas Nogueira Garcez, na altura do número 500, próximo à saída do campus na Rua Professor Hélio Lourenço. A distância é considerada longa pelos pacientes e funcionários.

A empresa vencedora da licitação foi a Construsantos Comércio e Construção Civil, que tem de nove meses para realização da obra, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2022. Para a assistente social, Josiane Cristina Bomfim Augusto, do Hospital das Clínicas, que diariamente recebe no hospital pacientes da região de Ribeirão Preto e também de outras cidades e estados, a maioria dos usuários sai de suas casas de madrugada e fica o dia todo no HC. Muitos vivem em situação vulnerável e não dispõem de recursos financeiros para se alimentar. Segundo Josiane, o Bom Prato é de suma importância, pois beneficiará muito essa população.

VITA ET PAX CONSIDERA A EDUCAÇÃO COMO “DEVER DIVINO”

IDEAIS QUE TROUXERAM AS FREIRAS BELGAS A RIBEIRÃO NA DÉCADA DE 50 AINDA SUSTENTAM O COLÉGIO

PEDRO SOLLY

Em 1945, enquanto Berlim era tomada pelas tropas russas, Adolf Hitler terminava sua vida e se encerrava a Segunda Guerra Mundial, surgia no mundo um movimento pela união, paz, fraternidade e compreensão entre as pessoas. Esses ideais muito fortes, especialmente na Europa, levaram à concepção de uma nova escola, na Bélgica, o Colégio Vita et Pax.

Dom Parício, percebendo a importância de uma escola que trouxesse ideais de vida e paz, se dirigiu à Bélgica em 1949 para solicitar ao abade Constantino, o fundador da instituição, a instalação de uma unidade do colégio em Ribeirão Preto. Empolgado, o abade acabou por render-se ao pedido, mas não chegou a ver a implantação do Colégio no longínquo interior paulista, pois faleceu no começo de 1950.

As irmãs Bernarda, Margaret e Pia, que já haviam sido mobilizadas pelo fundador, assumiram as rédeas da situação e, de navio, vieram ao Brasil em 1952, para instituir o primeiro Colégio Vita et Pax fora da sede. Inaugurado em 31 de março de 1952, no Jardim Paulista, a escola foi transferida para o Jardim Recreio, nas proximidades do campus da USP, em 1972 onde até hoje permanece em funcionamento num terreno doado à escola.

O GRANDE ATRATIVO

O que foi inicialmente uma escola só para meninas, se transformou num ambiente misto em 1972, com o lema “Cada aluno é um indivíduo”, que já revelava a alma humanista que deixaria o colégio famoso.

“Me lembro de chegar em um ônibus no Vita e sempre ser recebida com muito carinho na porta da escola; parecia mãe ou tia nos recebendo” conta a dermatologista Renata Furini, uma das centenas ex-alunas bem-sucedidas do Vita et Pax. A médica afirma que apesar do currículo pedagógico impecável da Instituição, o que verdadeiramente marcava era a aura familiar do colégio.

Tamanha foi a confiança de Renata que, assim que se tornou mãe, não teve nenhuma dificuldade para decidir onde sua filha estudaria. “Não tive dúvidas; eu queria um lugar com um bom ensino e que tratasse minha filha de acordo com as necessidades dela, e, na minha cabeça, isso era e sempre será o Vita et Pax”.



Área usada em eventos e pelos alunos nos intervalos: muito verde

Esse sentimento também ressoa no estudante de Jornalismo e estagiário da Universidade de São Paulo (USP), Pedro Ferro, que afirma que o conforto gerado pelo clima humano só é comparável ao criado pelo ambiente arborizado do Vita et Pax. “Eu não sei se era algum tipo de lição pensada pelas irmãs, mas eu sempre senti que existia uma vontade de ensinar o valor da terra e da natureza, fazer com que respeitássemos o meio onde vivíamos”.

O ex-aluno está correto ao afirmar que existia um desejo de ensinar um ideal humanista e ecológico para os alunos. A presidente da instituição mantenedora e patrona da Ordem Beneditina presente na escola, madre Maria Lúcia, diz que esse é um ensinamento natural. “Aprendi que devemos ter zelo pelo nosso lar. Eu até brinco com as crianças, dizendo que não existe planta tóxica no colégio, mas a mãe das plantas, que sou eu, é louca, e se fizerem mal pra elas vou ficar muito nervosa!”

Para a diretora do Colégio, Valéria Mara de Andrade, esse lado ambiental presente na Instituição, é uma dos fatores mais atrativos do Vita et Pax. “Falo por experiência própria. Quando os pais estão com os filhos e vêm realizar a visita, no momento em que abro as portas do auditório e as crianças enxergam o campão, o bosque, todo esse espaço verde e amplo, elas já começam a puxar o braço do pai dizendo que é aqui que elas querem estudar!”

VIDA E PAZ

“Todo mundo é bem-vindo aqui; temos todas as denominações possíveis imagináveis aqui dentro, e para o Vita et Pax ser Vita et Pax é essencial que exista a compreensão de que somos todos iguais”. Para a madre Maria Lúcia, esse é um dos alicerces ideológicos do colégio.

É claro que esse pensamento filosófico e humanista não impede que regras existam. “Há todo um regulamento que deve ser seguido” explica a madre Maria. “Evidentemente, deve existir obediência sem demora para que as coisas funcionem e para o sistema girar. A ideia de que as crianças devem cuidar do espaço e do serviço individual delas é passada; se elas fizerem isso, ninguém vai se meter no particular delas.”

Já para a Irmã Bernarda, que também faz estágio no setor de gerenciamento da instituição, o colégio por um momento se afastou dos seus ideais beneditinos. “Antes da madre Maria assumir como mantenedora em 2017, eram as Oblatas, que são leigas ou clérigos, que vivem normalmente na sociedade e que, embora não sejam monges ou freiras professoras, se filiaram individualmente a uma comunidade monástica de sua escolha; eram elas que estavam mais próximas do que acontecia no colégio.

As irmãs retornaram a operar de maneira mais próxima da escola e, assim, trouxeram o que consideram uma “linha humanística genuína”. Com isso, de acordo com irmã Bernarda, foi perceptível como as relações internas do colégio se estreitaram e o modelo de ensino do Vita et Pax voltou a ficar alinhado, já que após a madre Maria Lúcia assumir a Presidência, foi feita uma reformulação completa no corpo acadêmico e de funcionários do colégio.

“Aristóteles diz que a excelência não deve ser um objetivo, mas sim algo habitual”, analisa a irmã Bernarda. “Portanto, nós devemos trazer isso de dentro e exalar, fazer tudo com amor. O que fazemos no Vita não é uma tarefa, é um dever divino e é por isso que estamos aqui há setenta anos. É por isso que continuamos respeitados, porque é um trabalho feito com paixão.”

EDUCAÇÃO PROMOVE ESPERANÇA NO PARQUE RIBEIRÃO

INSTITUIÇÕES FORMAM JOVENS E CRIANÇAS POR MEIO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E MUITA EMPATIA

GABRIELA VIANA

Educação, uma palavra simples, mas capaz de transformar a vida de jovens e crianças da periferia. No Parque Ribeirão Preto, bairro localizado na zona oeste, considerado um dos mais violentos da cidade, onde famílias vivem em situação vulnerável, sem saneamento básico e estrutura adequada para morar, a educação faz diferença e possibilita a esperança de um futuro melhor.

Com a missão de levar educação de qualidade às famílias do Parque Ribeirão, a Marista Escola Social Irmão Rui foi instalada no bairro em 2002. Com a proposta inicial de ser um centro de profissionalização de jovens, o colégio tem uma estrutura resistente e uma extensa área verde. Aos poucos, foi ganhando forma e, após muitas adaptações e aperfeiçoamentos, se concretizou como uma instituição que atende do ensino básico - infantil e fundamental - ao médio, indo até a atividades de contraturno escolar.

A escola social no Parque Ribeirão atende cerca de 820 estudantes, de 6 a 18 anos de idade, oferecendo a eles um lugar espaçoso e acolhedor. O funcionamento é das 7 da manhã às 23h e são oferecidas aos alunos seis refeições diárias, além de todo o material de estudo de forma gratuita.

O colégio acredita que as transformações sociais acontecem por meio da educação e assim promove projetos que incentivam crianças e adolescentes a se inserir no meio social. Atentos ao desenvolvimento social e pessoal, contam com profissionais da área de assistência social e psicólogos para cuidar de forma integral do crescimento social das crianças, como reforça a diretora pedagógica, Neuzita de Paula Soares.

Para ela, a escola é a base dos jovens e das crianças e nesse espaço o diálogo deve ser fortalecido como um dos pilares para lidar com os desafios que surgem pelo caminho. “A vida já é muito dura; precisamos ensiná-los a aprender dialogar”, diz Neuzita.

O CIRCO

A programação pedagógica é recheada de atividades que colaboram para a inserção dos estudantes no mundo. Por meio de dinâmicas e jogos eles aprendem sobre aspectos do dia a dia, como educação financeira. Também passam por estudos para ampliar o seu repertório cultural e compreender as linguagens do corpo com a música e a dança.



Foto: Escola Marista

Instituição Marista oferece educação a crianças e adolescentes da periferia

Uma das oficinas mais procuradas pelos estudantes, o circo é uma atividade vinculada à disciplina de Artes, que aborda temas como identidade, solidariedade, empatia, cooperação e democracia, incentivando os jovens e crianças a se desenvolver por meio da linguagem circense. Assim, são despertadas novas paixões e sentimentos na vida desses estudantes, que lidam diariamente com a dificuldade de viver em um ambiente instável, sem, muitas vezes, conhecer a importância da cultura.

E foi assim por meio de transformações que o Marista mudou a vida do Kaio Melo, hoje com 18 anos. O ex-estudante Marista conta como foi sua caminhada de 12 anos na escola. “Entrei pequenininho, quando a instituição fazia um serviço social de fortalecimento de vínculo para as crianças que estavam em situações de vulnerabilidade social. Eles atuavam com muitos projetos como circo, música, dança, teatro e até infor-

mática. Quando começou o ensino médio eu saí dessa parte do conviver, como nós chamávamos. Fiz os três anos e me formei pelo Marista”.

Hoje, Kaio trabalha na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na parte da coordenação do projeto Parlamento Juvenil, oportunidade que só foi possível graças à formação que recebeu. “Tive muitas experiências de liberação, moro em um bairro periférico, com altas taxas de criminalidade e a educação Marista trouxe o protagonismo juvenil. Tive essa participação no parlamento juvenil enquanto estava cursando o ensino médio e, por conta do Marista, cheguei a ir até Curitiba representar a nossa unidade”.

A escola social abriu também outras portas para Kaio, que hoje é estudante de Direito pela bolsa Prouni. Ele se orgulha em dizer que tem sua família integrada com o Marista e seus irmãos também conseguiram fazer parte des-

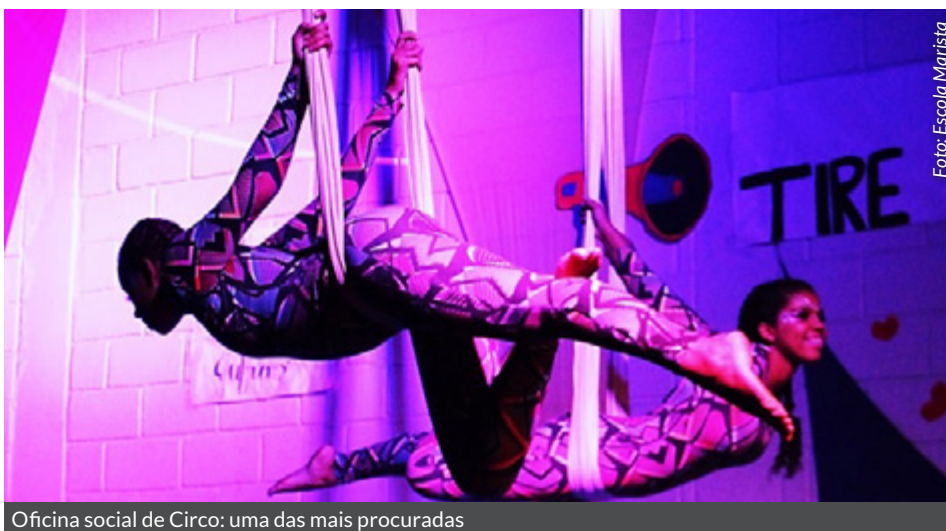


Foto: Escola Marista

Oficina social de Circo: uma das mais procuradas



Foto: Frasol

Comemoração da Frasol com Padre João Rípoli, fundador da instituição

sa história. “As pessoas que nascem na periferia não são destinadas a sonhar, Carolina Maria de Jesus diz que os sonhos não são para pessoas pobres, mas minha caminhada no Marista foi de vencer as estatísticas”. Por tudo isso, o estudante ainda mantém contato com profissionais do colégio.

“Marista é aquela segunda casa, que tem uma educação que nos faz sonhar e que nos permite alcançar. Me desconstruí e reconstruí diversas vezes. Foi uma educação de libertação”, conclui.

PROMOÇÃO SOCIAL

Outra iniciativa presente no Parque Ribeirão Preto, destinada à inclusão social por meio da educação, é a Fraternidade Solidária São Francisco de Assis, uma associação civil que atua há 33 anos no bairro. Fundada pelo padre João Rípoli, a Frasol atua na promoção social e formação de cidadania para crianças, adolescentes e suas famílias. As atividades visam estimular o desenvolvimento para a participação na vida comunitária, trabalhando temas como direitos, meio ambiente, saúde, entre outros.

Em 1988, ao se deparar com um grande caso de abandono social de crianças e adolescentes do Complexo Ribeirão, o padre notou a elevação dos casos de criminalidade e tráfico de drogas no bairro. Foi o estarte para criar um espaço para atender essas demandas por meio de programas socioeducativos.

A Frasol trabalha em prol do reconhecimento da consciência de cidadania e autoestima dessas famílias que, por viverem em extrema situação de pobreza, já não se identificavam como membros ativos no meio social, pois não tinham acesso às condições básicas como educação, saúde, saneamento básico, entre outras necessidades.

“Desde então, a Frasol se comprometeu a promover crianças, adolescentes e jovens privados de seus direitos fundamentais; lutar pela superação das condições de vida prejudiciais ao desenvolvimento desses indivíduos, incentivando por meio do esporte e do lazer o desenvolvimento deles”, ressalta a assistente social Ana Paula Cavalcante, responsável pela parte técnica do projeto.

“Hoje, atendemos cerca de 140 crianças e adolescentes da região, incentivando atos de protagonismo social”, conta ela. A instituição os capacita para empreendimentos sociais, para que sejam capazes de ter uma convivência familiar e comunitária estável e se desenvolver ao ponto de evitar possíveis situações de risco social.

A Frasol oferece oficinas socioeducativas a crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e suas famílias. Entre as oficinas estão também as profissionalizantes, como de tecelagem e culinária que de-

envolvem novas habilidades e abrem caminhos profissionais. A inclusão digital é outro meio do trabalho, que visa à aprendizagem da área de informática e equipamentos digitais.

Nesse viés, a entidade trabalha diariamente com o ato de educar e preparar essas crianças e jovens para um futuro promissor, contando também com o auxílio da população, por meio de doações de alimentos e materiais escolares.

Sonhos, acolhimento e amor: foi por meio desses atos que a Frasol mudou a vida de Janaina e sua família. Mãe de Luana Beatriz, de 11 anos, e Ícaro de 2 anos, ela viu sua vida mudar depois que a Instituição começou a atuar no bairro. “Se hoje sou mãe e sou o que sou é graças a eles; eles são minha base”, conta Janaina.

“Minha história com a Frasol começou desde minha infância, quando eu tinha 6 anos de idade. Minha mãe me matriculou e eu estudei até os meus 14 anos. Hoje, com 27 anos, vejo que a Frasol mudou tudo na minha vida. Foi aí que decidi colocar minha filha para estudar lá também”, diz Janaina.

A filha Luana faz computação, aulas de canto e todas as outras atividades oferecidas. “Depois que ela entrou lá minha vida está maravilhosa, pois me sinto bem quando ela vai para a escola. A Frasol me trata até hoje como se fosse filha deles, agradeço a todos”, conclui.

Faz três anos que Luana Beatriz ingressou e já sabe como a instituição é importante para o seu futuro. “Eu quero ser tanta coisa, quero ser modelo, quero ser dançarina e artista”, diz. A mãe, orgulhosa, se encanta pela filha, que desde pequena demonstra interesse em se dedicar aos estudos e fica feliz quando ouve: “Mãe eu quero ser igual você”.



Foto: Gabriela Viana

Janaina Gonçalves e Luana Beatriz: mãe e filha participantes do projeto

SONHOS DA SINHÁ JUNQUEIRA REALIZADOS NO EDUCANDÁRIO

INSTITUIÇÃO OFERECE EDUCAÇÃO DE BOM NÍVEL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BAIXA RENDA



Isabella de Lima

ISABELLA DE LIMA e
EDUARDA ROSÁRIO

A Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira”, localizada na avenida Cavalheiro Paschoal Innechi, no bairro Jardim Independência, em Ribeirão Preto, é uma instituição de caráter filantrópico, criada em 1938, com base na generosidade e empatia do casal Francisco Maximiano Junqueira – conhecido como Coronel Quito Junqueira – e Theolina Zemilla de Andrade Junqueira, conhecida como Sinhá Junqueira. Na época, o casal implantou instituições de auxílio à pobreza e o Educandário, estimulando a educação e dando abrigo às crianças e adolescentes procedentes de famílias carentes.

O INÍCIO DA FUNDAÇÃO

A instituição foi criada como “Abrigo de Menores de Ribeirão Preto - Educandário Cel. Quito Junqueira” e no ano seguinte foi transformada em uma Fundação, alterando-se o nome para Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira”. Até 1997, eram aceitas crianças do sexo masculino de famílias que se encontra-

vam em condições de vulnerabilidade social. Com faixa etária entre 6 e 9 anos de idade, os alunos permaneciam internos na instituição até alcançar a maioridade, cursando até 4ª série no próprio Educandário e depois passavam a frequentar escolas públicas estaduais.

Em 1998, com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram feitas mudanças na Fundação. O regime de internato foi retirado e passaram a ser aceitas crianças de ambos os sexos, em regime aberto. Com a mudança, o antigo colégio interno passou a integrar a rede estadual de ensino, sendo administrado pela Fundação Educandário.

Vera Bego Lavanhini, diretora do Educandário há dois anos, diz que o objetivo é possibilitar a transformação através da educação. “Quando a Fundação foi construída, Dona Sinhá tinha a missão de oportunizar para esses meninos, uma aprendizagem qualificada visando o pleno exercício da cidadania, sendo o que a fundação promove até hoje.”

A diretora também conta que, embora os alunos sejam carentes financeiramente, privados de privilégios, as famílias são muito participativas,

demonstram muito interesse e incentivam a aprendizagem dos alunos. “Ano passado, fizemos uma campanha de arrecadação de celulares usados, tablets, notebooks e conseguimos contemplar os alunos que não tinham, já que era a maior dificuldade no momento por conta do ensino a distância. Então, me marcou muito poder contar com a ajuda de amigos, de parceiros e suprir a esses alunos a necessidade para que eles tivessem a oportunidade de participar das aulas online. Foram 38 alunos assistindo aulas dessa forma e isso me deixou bastante contente diante de todo esse contexto que estamos vivendo. Foi um momento feliz por podermos contar com a parceria de todos.”

Integrado à Secretaria de Estado da Educação, o colégio, denominado Camilo de Mattos, adota material e projeto pedagógico orientados pela rede estadual. A diretora Vera diz que conhece o sistema profundamente, pois dirigiu escolas estaduais por 30 anos e viu os frutos colhidos deste método de ensino. “Os resultados são muito bons. Estamos fazendo a formação dos nossos professores semanalmente, inclusive com a participação dos nossos

coordenadores em cursos da diretoria do ensino, além de também termos a formação da educação infantil com o pessoal da creche Carochinha da USP. Portanto, existe um investimento na formação profissional, já que o material foi autorizado pela Secretaria no ano passado e já conseguimos colher frutos com essa aprendizagem.”

DOAÇÃO DE RENDA E ALUGUÉIS

O coronel Quito, ao lado de sua esposa, Sinhá Junqueira, começou a planejar, construir e a administrar a fundação bem antes de falecer, em 1938. Dona Sinhá continuou o legado e quando morreu, em 1954, o projeto estava concluído. Eles deixaram bens e patrimônios, para a Fundação e a destinação de alugueis e rendas para manter a entidade. Ainda em vida, o casal foi vendendo partes da fazenda que ocupava toda aquela área onde funciona o Educandário e com esse dinheiro, a Fundação vem sendo mantida há 83 anos.

É importante ressaltar que as escolas são mantidas exclusivamente com patrimônio da Fundação. Dona Sinhá e Coronel Quito desejavam algo para perdurar. Segundo Vera, a verba é muito bem administrada, aplicada com muito critério e investida de maneira transparente, tanto no Colégio Camilo de Mattos quanto na Escola de Educação Infantil Dr. Fábio Musa. Instituída em 2020, a Escola atende integralmente crianças até os 5 anos de idade. Vinculada à Se-

cretaria Municipal de Educação segue essa legislação.

A coordenadora pedagógica do Fundamental II, Renata Rezende Rosseto, conta um pouco sobre os princípios da escola que visa à educação de qualidade, valorizando o aprendizado, respeito, a colaboração e empatia. “Uma educação de excelência envolve aspectos como um corpo docente capacitado, com programas de capacitação para esses professores, apoio da direção e da administração para realizar os planos pedagógicos propostos.” Segundo Renata, a Escola é referência regional no atendimento a crianças e adolescentes, em termos de articulação, fomento de políticas públicas, projetos sociais e sustentabilidade.

BIBLIOTECA SINHÁ JUNQUEIRA

Outro projeto histórico na cidade, a instalação da Biblioteca Cultural de Ribeirão Preto foi prevista pela Sinhá Junqueira, que deixou seu desejo evidente como um dos seus pedidos em seu testamento. O bibliotecário Ciro Athayde Barros Monteiro, que coordena a biblioteca atualmente, conta que foi ideia da Dona Sinhá. O prédio onde a biblioteca está instalada desde a década de 1960, na rua Duque de Caxias, em frente à Praça XV de Novembro, foi totalmente restaurado recentemente.

O local era a residência do coronel Quito e de Sinhá Junqueira. O casal construiu a casa entre 1912 até 1932, no terreno de uma antiga marmoraria, comprada e demolida para dar lugar à mansão.

Dona Sinhá Junqueira ali morou de 1932 até 1954, quando morreu e deixou em seu testamento o desejo de transformar a residência em uma biblioteca. “Deixou também 6 milhões de cruzeiros para construí-la”, conta Monteiro.

Em 1 de agosto de 1961, a Biblioteca Cultural de Ribeirão Preto, que funcionava na rua São Sebastião, foi transportada para a Rua Duque de Caxias e passou a se chamar Biblioteca Cultural Altino Arantes. A alteração no nome ocorreu por meio de uma reunião do Conselho da Fundação, cujo presidente era Altino Arantes, sobrinho e testamenteiro de Dona Sinhá Junqueira.

Em 2014, o Conselho da Fundação começou os debates para a restauração da Biblioteca e retomada da sua importância para a cultura ribeirão-pretana. Foi nomeado o arquiteto Dante Della Manna para comandar o projeto, com a restauração administrada pela arquiteta Maria Luiza Dutra.

Em fevereiro de 2020, a biblioteca foi reinaugurada com a denominação de Biblioteca Sinhá Junqueira, em homenagem à sua idealizadora. Vale ressaltar que o restauro e a reinauguração também foram realizados com investimentos da Fundação.

A proposta da biblioteca é disponibilizar serviços de leitura ao público, com amplo horário de funcionamento, com os finais de semanas inclusos, como também coleções atualizadas de livros, jornais, quadrinhos, revistas, filmes, jogos e computadores para o público.



Quadra e campo de futebol da Fundação Educandário: área de esportes em meio ao verde

ESCOLAS DO JOSÉ SAMPAIO TENTAM SUPERAR A PANDEMIA

NO RETORNO PRESENCIAL, ALUNOS, PROFESSORES E DIREÇÃO LUTAM PARA NÃO PERDER O ANO LETIVO

HECTOR ALCANTARA

Aulas canceladas, aprendizado mediado pela tecnologia e alterações no cronograma escolar foram as principais mudanças que as escolas do país sofreram devido à pandemia do coronavírus. Nas escolas do Jardim José Sampaio Júnior, conhecido por ser um bairro de classe média baixa localizado na zona norte de Ribeirão Preto, não foi diferente.

Atualmente, o bairro conta com duas escolas públicas, sendo uma municipal, que atende alunos do ensino fundamental (ciclos I e II) e outra estadual, em que cursam alunos do ensino médio regular, ensino médio pelo EJA e o ensino fundamental (ciclo II).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Palocci – CAIC, ministrou aulas pela internet desde o começo da pandemia. Inaugurada em 2 de julho de 1994 com intenção de ser um centro especial para o Pronaiça (Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente), é administrada pelo Governo Municipal. A escola conta, atualmente, com 26 salas de aula destinadas ao ensino fundamental, com uma média de 800 alunos, além de quatro salas do nono ano que totalizam de 90 a 120 alunos.

Assim que os casos da Covid-19 se espalharam pela cidade e as escolas foram fechadas, toda a estrutura foi reorganizada em função da pandemia para dar continuidade ao plano de ensino. O CAIC iniciou a mediação via internet, o que resultou em algumas mudanças estruturais nas aulas. Nem todos os alunos possuíam internet em casa ou algum meio de assistir à aula, como computador ou smartphone, o que levou 5% dos alunos a abandonarem a instituição.

Para o diretor Rafael José da Silveira, a mudança foi complicada no começo, mas após reuniões e ajustes a escola conseguiu se organizar. As aulas passaram a ser mediadas pelo Classroom (plataforma do Google para a área de educação) e os docentes passaram a oferecer suporte aos alunos pelo WhatsApp. Para aqueles que não possuíam acesso à internet, a Prefeitura disponibilizou, a partir de 7 de maio de 2021, um chip com pacote de dados móveis exclusivo para uso edu-



cacional, garantindo que os alunos da rede municipal acompanhassem as aulas sem interferência.

VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL

Em 20 de setembro deste ano, a Secretaria da Educação retomou as aulas presenciais na rede municipal de ensino, com 50% dos alunos, cumprindo todos os protocolos sanitários obrigatórios com relação à Covid-19. O retorno ocorreu em caráter de revezamento. As salas foram divididas em Grupo A e Grupo B, com metade da turma frequentando presencialmente, alternando pelas semanas.

Além dessa escala, o CAIC passou por reformas para atender demandas sanitárias como revestimento e trocas de estofados para facilitar higienização. Instalaram-se, também, novas torneiras com fechamento automático em todos os sanitários e demais espaços escolares, tudo para cumprir os requisitos necessários na prevenção do vírus para as aulas presenciais. O retorno presencial foi progressivo e gradual à medida que os professores das turmas estejam completamente imunizados, conforme decisão judicial.

O diretor revelou a surpresa que teve em relação ao comportamento dos estudantes com o protocolo de segurança da pandemia. “No geral, as crianças se mostraram ansiosas para o retorno, assim como os profissionais. Surpreendeu o fato de que a maioria dos alunos tenha se adaptado facilmente aos protocolos com uso de álcool gel e máscara, ainda que seguir o distanciamento de forma rigorosa é muito difícil devido à dinâmica da vida escolar”

MUDANÇA NAS ESCOLAS ESTADUAIS

Nos bairros, normalmente o ensino fundamental é realizado em uma escola e após a conclusão, o estudante se transfere para uma outra instituição, de ensino médio, no próprio bairro. No José Sampaio, os alunos que se formam na EMEF Antônio Palocci acabam se transferindo para a Escola Estadual Dom Romeu Alberti.

No ensino estadual, as aulas presenciais foram canceladas no começo da pandemia da Covid-19 e, após 15 dias de elaboração e reuniões, foi decretada a antecipação do recesso escolar, antecipação das férias escolares e dos feriados. Após 30 dias, as aulas começaram a ser retomadas, porém mediadas pela tecnologia. Para isso, foi utilizado o aplicativo do CMSP (Centro de Mídias de São Paulo), ferramenta efetiva e obrigatória para o desenvolvimento das atividades educacionais remotas.

O retorno às atividades presenciais no estado de São Paulo foi estabelecido por um decreto que possibilitou o retorno de até 70% dos alunos, em conformidade com a capacidade de atendimento de cada escola. A Dom Romeu começou a retomar as aulas, a partir de agosto deste ano, com um esquema de revezamento.

A escola postava semanalmente em sua página oficial do Facebook a relação dos alunos que iriam presencialmente naquela semana, seguindo todos os protocolos de saúde, enquanto na outra semana as aulas são mediadas via internet. Mesmo em revezamento, no período em que não estavam em aula presencial, a participação do aluno na aula online é obrigatória.

Para o diretor da escola, Claudemir Gonçalves de Oliveira, a adaptação para

o protocolo de segurança foi uma das principais mudanças na instituição. “As escolas puderam estabelecer, em conformidade com a resolução, a jornada reduzida de atividades presenciais (aulas de 30 minutos e não de 45 como seria regularmente) para ter tempo de higienizar a área entre o término de um turno e o início do turno seguinte.”

Aos poucos, as atividades presenciais foram sendo retomadas e assim devem permanecer no ano que vem. “Ainda não há certeza documental (nenhuma regulamentação publicada) mas tudo indica que em 2022 iniciaremos o ano letivo com 100% das atividades presenciais, principalmente em decorrência do avanço, no estado, da imunização das crianças e dos adolescentes.”

DIFICULDADES PARA QUEM BUSCA O VESTIBULAR

Com as aulas sendo mediadas pelas tecnologias e agora com o retorno tardio das aulas presenciais, o jovem que busca uma vaga em alguma universidade do país se viu em um mundo de dificuldades e ansiedades para enfrentar os vestibulares.

A estudante Maria Eduarda Cardoso Ferracioli que está no terceiro ano do ensino médio na Dom Romeu Alberti,



Portões fechados no Dom Romeu Alberti: expectativa de retorno em 2022

notou muita dificuldade no aprendizado depois que começou a pandemia da Covid-19. A aluna diz que as aulas mediadas pelas tecnologias eram difíceis de acompanhar, pois não conseguia manter a concentração como em uma aula presencial. Assim, mesmo após o retorno parcial, o foco ainda não foi totalmente recuperado.

Maria Eduarda se vê obrigada a tentar estudar por outros meios pois, segundo ela, a escola não conseguiu preparar todos os alunos para o principal exame de avaliação do ensino médio do país, o

ENEM. Por conta disso, ela não vai tentar o vestibular esse ano, mas prestar algum curso técnico antes de buscar uma universidade. “Antes do ENEM quero fazer um curso técnico de Enfermagem, que sempre foi minha paixão”.

Assim como Maria, outros estudantes também sofreram com a reformulação do cotidiano escolar e mesmo com as dificuldades das aulas online e com as rupturas deixadas por um ensino pensado às pressas, ainda continuam acreditando na possibilidade de ingressar em uma universidade nos próximos anos.

REVITALIZAÇÃO DE MATAS PARA UM FUTURO VERDE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO RIBEIRÃO VERDE BUSCA EQUILÍBRIO ECOLÓGICO

FELIPE FAUSTINO

Céu opaco, ondas de calor e cinzas marcaram Ribeirão Preto durante o meio e o final do inverno de 2021. Neste contexto, a Associação dos Moradores do Ribeirão Verde discute, junto ao governo municipal, a revitalização das matas do complexo, pensando num futuro em que o bairro possa conciliar o “verde” do nome, como foi projetado décadas antes, com a tendência de seca dos dias atuais.

Segundo a Prefeitura, são estimados mais de 50 mil habitantes na área que compreende os bairros Jardim Florestan Fernandes, Diva Tarlá de Carvalho, Professor Antônio Palocci e Pedra Branca, além do Assentamento Mário Lago, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A região coleciona discussões sobre preservação ambiental, dada à sua importância na recarga do Aquífero Guarani e por ter matas remanescentes de cerrado.

Antes de tornar-se um projeto urbano, uma área agrícola às margens do rio Pardo foi comprada pela Petrobrás para a construção de uma estação de



Área de preservação no bairro: queimadas preocupam

bombeamento. Estudos de impacto ambiental impediram a instalação da estatal e deram origem à uma Zona de Uso Especial e ao projeto Ribeirão verde.

O complexo começou a ser implementado a partir de 1996 na zona leste de Ribeirão Preto, numa parceria entre o município, através da Cohab-RP, e a iniciativa privada. A publicidade do

empreendimento ressaltava um perfil transformador para a imagem da periferia ribeirão-pretana, tendo como principal novidade a conciliação do espaço urbano com o espaço ecológico. “Elaborado para ter um contorno eficaz sobre o meio-ambiente”, dizia o informativo da companhia em abril de 1996.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A região de Ribeirão Preto registrou, no dia 6 de setembro, o pior nível de qualidade do ar de São Paulo, índice influenciado pelos incêndios que acometeram a região. Pelo acesso principal ao bairro, ao lado das matas que naquele momento pegavam fogo, entrar no Ribeirão Verde durante esse período seria ainda pior não fosse o uso das máscaras contra o coronavírus.

“Ficou muito difícil para respirar e as fuligens estavam por todo canto”, diz a universitária Caroline Silva, de 21 anos, em referência às queimadas nas matas do complexo. Para ela, apesar do bairro ser bem arborizado em comparação com o centro da cidade, os espaços no local não foram devidamente aproveitados. “Nenhuma área foi aproveitada para um ‘parquinho’ e algumas foram ocupadas para a construção de condomínios”, aponta.

‘AQUI ODEIAM ÁRVORES’

Ao comparar os projetos com a realidade, é fácil observar que pouco foi feito pelo meio ambiente. Outras demandas de infraestrutura e mobilidade urbana, como a expansão e duplicação da avenida Antônia Mugnatto Marincek, jogaram para escanteio a tão necessária preservação ecológica. Muitas áreas do “sistema de lazer” do projeto estão abandonadas. Também há obras públicas que foram instaladas nesses espaços, como o terminal de ônibus do bairro.

O professor Danilo Brich, especialista em geografia urbana e pesquisador dos empreendimentos da Cohab-RP na produção urbana de Ribeirão Preto, explica que “quando o Estado vai fazer um conjunto, principalmente em parceria com empresas, eles têm que maximizar o lucro, não vão ficar gastando dinheiro com parques”.

Ribeirão Preto conta com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que estabelece “como”, “onde” e “o que” é permitido construir em determinado espaço. O geógrafo sinaliza que essa lei sofre constantes tentativas de mudanças que viabilizam empreendimentos em áreas que, historicamente, resistiram à expansão urbana. “Essa região ficou muito tempo sem esses grandes projetos porque é uma área gigante de recarga do Aquífero. Conseguimos preservar por um tempo, mas o mercado vai estrangulando”.

Para ele, a realidade do bairro é reflexo de um município com poucas políticas públicas para o meio ambiente. “Eles olham aquela área [a APP] e ninguém está pensando ‘se a gente preservar o córrego das Palmeiras vai ter mais água, o ar de Ribeirão vai ficar

melhor’; aqui os caras odeiam árvores”, completa Brich.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Ribeirão Verde, os responsáveis pela construção do bairro precisaram se comprometer com a criação de um programa de educação ambiental. Através dele, surgiu o “O Verdinho”, um informativo que circulava até mesmo dentro das escolas do bairro. No entanto, a importância da iniciativa se perdeu com o tempo, embora haja moradores engajados em aproveitar de forma sustentável as áreas públicas ignoradas pelo governo.

Atitude comunitária e mais educação são tópicos da arquiteta e urbanista Denise Rosário, mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Para ela, a conscientização e o sentimento de pertencimento por parte da sociedade, são alguns meios que podem trazer bons resultados. “Se essas pessoas se sentirem pertencentes, responsáveis por essa área, vai haver respeito”, diz a arquiteta.

Muito crítica à falta de importância que a natureza tem para a população ribeirão-pretana, Rosário acentua que o respeito por parte dos próprios moradores seria o primeiro passo para uma maior valorização dos espaços verdes do bairro. “As pessoas acham que o meio ambiente é só árvore, borboleta, passarinho”, diz. Para ela, os moradores precisam passar a olhar o bairro como parte de algo maior. “A pessoa trabalha como se o mundo dela fosse só o próprio terreno; então ‘o meio ambiente não é problema meu, é da prefeitura’. É sempre esse pensamento”.

UM POSSÍVEL PARQUE ECOLÓGICO

Com as Áreas de Preservação Permanentes (APPs) do Ribeirão Verde em estado crítico, a Associação dos Moradores, através do presidente e vereador Luis Antônio França (PSB), organizou uma reunião, em 1º de setembro, com entidades da Prefeitura e vereadores,

para apresentar e debater a revitalização das matas da região. De acordo com o vereador, as entidades não tinham conhecimento da realidade das áreas do bairro.

“Duas ações têm que ser tomadas ali. A primeira, de imediato, é a tomada da área. A Associação de Moradores, as entidades e as secretarias precisam, junto com a população, assumir a responsabilidade”, diz França. “A intenção é construir um parque ecológico, mas é preciso trabalhar melhor essa ideia”.

O morador Edir Moraes, 52 anos, apoia a utilização das áreas como parques para o bairro. “A gente tem muito espaço ocioso, o que mais tem é espaço vazio, sem ser cuidado, juntando lixo, e a Prefeitura com esse descaso”. Já Caroline Silva complementa lembrando a construção das ciclovias na principal avenida do bairro, em que os residentes passaram a fazer caminhada. “Uma praça poderia ser proveitosa”.

Para a urbanista Denise Rosário, os moradores assumirem os cuidados é importante para a criação do vínculo entre o morador e o espaço público, de forma que o Estado não dificulte o acesso ao local. “No caso do Ribeirão Verde, eu acredito que fazendo um parque e colocando a população como pertencente, dá certo”.

As expectativas para essa ideia, no entanto, devem ser controladas. Os debates entre a Associação dos Moradores do Ribeirão Verde e os órgãos da Prefeitura ainda são iniciais e as primeiras ações, se concretizadas, serão enfocadas em salvar as matas do bairro. Considerando a história, a ação apenas traz o “bem-estar” ecológico prometido pelo empreendimento nos anos 1990. Já o que se espera é que, algum dia, o nome Ribeirão Verde possa voltar a ser dito sem que pareça irônico.



Terminal de ônibus ocupa espaço originalmente destinado ao lazer

MORADORES REVITALIZAM ÁREA NO JAMIL CURY

TERRENO DESCUIDADO HÁ MAIS DE 20 ANOS GANHA VIDA COM LIMPEZA E PLANTAÇÃO DE MUDAS



Paulo Sousa, morador do Jamil Cury cuida de área pública

BRUNNA ROCINHOLI

Localizado na região Oeste de Ribeirão Preto, o Pico do Mirante é um dos locais mais altos da cidade com uma visão panorâmica de 360 graus. O lugar é visitado diariamente pelos mais jovens em momentos de lazer para se reunir com os amigos. Durante a virada do Ano Novo, o local atrai milhares de pessoas para assistir à queima de fogos e curtir o céu iluminado.

Por ser localizado numa região afastada do centro da cidade e possuir uma área verde que ainda não é cuidada pelo poder público como deveria, o Pico do Mirante também se tornou ponto de uso de drogas, de prostituição e de encontros de carros de som que acabam incomodando os moradores ao redor.

Atormentado com aquela situação, o morador Nestor Wigand Iserhard, em 2009, na época com 68 anos, começou a desenvolver atividades no local, como plantações, capinagem do mato alto e reciclagem de materiais. Em 2020, o aposentado adoeceu e ficou extremamente debilitado, precisando encerrar suas atividades na área.

UNIÃO DOS MORADORES

O exemplo de Iserhard movimentou muitos moradores a favor do Pico, incluindo Antônio Tavares da Silva, aposentado, 71 anos, que acreditava ser grande desafio dar continuidade para o projeto.

“Em 2009 nós começamos a fazer a limpeza e a plantar algumas mudas junto com o Sr. Nestor. Hoje, aqui no Pico do Mirante, temos mais de 16 espécies de

árvores frutíferas, além da quantidade de flores que dão vida ao lugar. Um dos principais objetivos dessa revitalização foi pensar também nas pessoas que frequentam o posto de saúde que fica logo ao lado”, conta Tavares.

Na mesma época, a Associação de Moradores do Complexo Mirante iniciou um projeto de revitalização para o espaço com a ideia de transformar o Pico em um parque multifuncional para atividades esportivas, culturais, ecológicas e sociais, mudando a realidade de abandono.

Paulo Sérgio Pereira de Sousa, motorista de transporte urbano, de 49 anos, também abraçou o projeto de revitalização. “Isso aqui era tudo mato, de fora a fora, tinha sofá, lixo, resto de comida, até cachorro morto já jogaram. No começo, nós jogamos um pouco de terra para abafar o odor que exalava, mas resolvemos colocar a mão na massa; hoje tudo está limpo. Também colocamos diversas placas de conscientização para não jogarem lixo e nem entulho na área”, relata.

DESCASO DO PODER PÚBLICO

Mesmo contentes com os resultados que vêm colhendo durante todo esse período, Tavares e Paulo Sérgio Sousa, ainda estão insatisfeitos com o descaso do poder público.

“A gente já pediu o fornecimento de água diversas vezes para o setor público. Queríamos muito que fosse instalado uma torneira aqui para podermos regar as plantas de uma maneira mais fácil, mas eles não instalam. Depois de tanto pedirmos, o Daerppassou por aqui umas duas ou três semanas para

encher uma caixa d'água que nós mesmos havíamos instalado, mas de repente não vieram mais. Eles sempre dizem que tem um projeto para voltarem a ajudar, mas nunca dão continuidade. Todas as vezes precisamos trazer galões cheios de água das nossas próprias casas”, explica Tavares.

Sousa diz que além da torneira e do fornecimento de água, existem outras melhorias que poderiam ser feitas pela Prefeitura. “O poder público poderia revitalizar uma quadra de esportes que existe aqui ao lado. Poderia também fazer uma academia ao ar livre, além de reconstruir a calçada que está quebrada há muito tempo. Isso é muito ruim para as pessoas que vêm ao posto de saúde”.

VANDALISMO

Além do descaso do poder público, os cuidadores daquele espaço relatam que, algumas vezes, outros moradores do próprio bairro já foram vistos jogando entulho e lixo na área preservada e isso acaba desanimando. “A gente fica triste, mas não desiste. O pior é que tem câmera filmando aqui, mas não adianta, porque tem gente que vem de madrugada fazer descarte ou colocar fogo no mato seco. É falta de educação”, desabafa Tavares.

Outra queixa feita por Sousa é sobre a necessidade de replantar áreas inteiras mais uma vez porque as pessoas colocam fogo, de propósito, no mato seco, além do vandalismo que também ocorre eventualmente. “A gente tinha um tambor de 200 litros para armazenar água e regar as plantas, mas roubaram. Tinha até uma torneira em um suporte e de repente sumiu tudo. Antes eu desanimava, mas agora não desanimo mais. Eu vejo tudo o que nós fizemos durante esses 12 anos e nesse momento estamos vendo ótimas diferenças.”

RESULTADO

Hoje o projeto conta com a colaboração de mais de trinta pessoas que se revezam em cuidar do pequeno espaço no Pico do Mirante e ajudam como podem. Além da capinagem do mato alto e dos serviços braçais, eles também fazem rifas e arrecadam dinheiro para benefícios em prol do local.

“O que mais importa é a força de vontade. Às vezes só de vir aqui, conversar, opinar, dar uma palavra de conforto e animação já ajuda muito. A gente nem vê o tempo passar quando todo mundo está aqui ajudando. Um anima o outro, nós ficamos aqui conversando, dando risada e no fim das contas funciona como uma terapia. Eu gosto muito de vir aqui porque distrai bastante a cabeça”, finaliza Paulo Sérgio Sousa.

UMA HISTÓRIA CONTADA POR TRABALHADORES RURAIS

LAVRADORES E IMIGRANTES ITALIANOS E NORDESTINOS TRANSFORMARAM SERTÃOZINHO NA CAPITAL NACIONAL DA CANA-DE-AÇÚCAR

BRENDA MARCHIORI e
GIULIA CARVALHO

No dia 5 de dezembro, Sertãozinho completa 135 anos. Mas, apesar de ser conhecida em todo o País pelo Proálcool, programa nacional de desenvolvimento da política de produção de etanol como substituição dos combustíveis derivados de petróleo pelos à base de cana-de-açúcar, a cidade teve origem com a produção de café e um histórico de exploração de mão-de-obra camponesa.

Os imigrantes, sobretudo os italianos que se estabeleceram na região, no final do século XIX, tiveram importante papel no desenvolvimento do povoado que deu origem à cidade, servindo como força de trabalho. A família de Walter Marchiori, 69 anos, aposentado, chegou à região neste contexto e se estabeleceu na Fazenda dos Ingleses.

“Plantavam café, trabalhavam na lavoura e eram meeiros (pequenos agricultores que trabalhavam em terras de outra pessoa e repartiam seus rendimentos com o dono dessas terras)”, conta Marchiori. Com o fim da Cia. Inglesa, as terras foram divididas e vendidas para os próprios trabalhadores, quando o avô de Walter comprou seu sítio. “Não existia cana”, e o café predominava.

Mas, segundo o geógrafo Reinaldo Tronto, professor Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e doutorando pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, o plantio cana-de-açúcar é anormal na região, devido à “ecologia e culturas brasileiras originárias”.

APOGEU DA CANA-DE-AÇÚCAR

Em 1906, é instalado o Engenho Central e a atividade canavieira ganha força e aprimoramento técnico, possibilitando a produção de açúcar e demais derivados. Os trabalhadores precisaram aprender as técnicas da nova atividade, no setor agrícola e industrial.

“A vida não foi fácil”, segundo Marchiori. Isso porque, com a expansão da atividade canavieira, “os usineiros começaram a ir atrás dos sitiantes pequenos”, incentivando-os a “derrubar o café e plantar cana”. Foi quando sua família também substituiu o cultivo. Mediante contrato, os usineiros se dispunham a arrancar cafezal para que os agriculto-



Maria Lianora e Walter Marchiori: trabalhadores que venceram tempos muito duros

res plantassem cana em suas propriedades. “Na época, meu pai arrancou um pouco de café”, adianta Walter.

O solo favoreceu a cultura que logo se alastrou pela região. Com o sucesso das plantações, a colheita era destinada às usinas da região que incentivavam cada vez mais os sitiantes a substituírem suas plantações.

Contudo, quando veio a crise de superprodução da agroindústria canavieira, no começo da década de 1960, os usineiros deixaram os sitiantes à deriva. O preço do açúcar caiu, mas a maioria dos usineiros conseguiu superar os piores efeitos da crise devido ao que haviam acumulado nos anos anteriores.

Os maiores prejudicados foram os pequenos produtores. Rompendo contratos com os sitiantes e parando comprar a safra, “a usina só moeu aquilo que tinha responsabilidade e os sítios ficaram cheios de cana”, conta Marchiori. Alguns foram falência.

O geógrafo Reinaldo Tronto explica que “o tratamento dado à condição de migrante quase sempre se sobrepõe formas diversas de exploração e violência”, seja pelos “roubos praticados nos apontamentos feitos sobre a área e/ou peso da cana cortada”, mas também pela ausência de equipamentos de segurança no trabalho e acesso aos serviços de saúde.

E o mais alarmante, completa, é que “a elite que se edifica com os negócios da escravização e do açúcar colonial e imperial é, 500 anos depois, a elite que controla o agronegócio brasileiro e que comanda o país”.

PROÁLCOOL

O relacionamento entre produtores e usineiros só se normalizou no final da década de 1960, graças à recuperação dos mercados internos e externos do açúcar. A expansão da cidade como símbolo da cultura de cana-de-açúcar chegou na década de 1970, quando a crise do petróleo incentivou a criação do Proálcool, programa governamental de estímulo à produção de etanol. Nasceu ali, em Sertãozinho, a mais efetiva política e tecnologia de produção desse biocombustível que tornou o Brasil uma referência mundial na área.

OS NOVOS IMIGRANTES

Maria Lianora, 80 anos, aposentada, chegou a Sertãozinho com seus três filhos em busca de emprego. Nascida em Garanhuns, no Pernambuco, ela faz parte dos milhares de nordestinos que migraram para a região incentivados pelo crescimento econômico da cidade. Seu primeiro emprego foi o cargo base de uma usina: corte de cana.

O pagamento era pela quantidade de cana-de-açúcar cortada. A precária condição de trabalho trazia consequências para a saúde física e mental. “Não tinha isso de atestado, se estava doente trabalhava mesmo assim; se não trabalhasse não ganhava o dinheiro”.

Tronto confirma o relato. “O pagamento por tonelada determina o esgotamento físico destes trabalhadores, causando doenças degenerativas, acidentes de diversas naturezas, incluindo amputações e, inclusive, a morte por exaustão”. Maria Lianora viu de perto as consequências. “Todos os cor-

tadores de cana que conheço têm problema na coluna e no joelho; esforço muito grande”, relata.

Além do trabalho árduo, a relação entre trabalhador e empregado era caótica. A ex-cortadora de cana afirma que trabalhou por três anos em uma usina na cidade e não recebeu os valores do INSS. “O patrão dizia que depositava, quando saí de lá para ir trabalhar em outra usina descobri que não foi depositado; isso aconteceu com todos”, afirma, referindo-se aos cortadores daquela empresa.

Entre a década de 1970 a 1990, as maiores usinas da cidade chegaram a

ter sete mil funcionários e funcionar 24 horas por dia. A migração de trabalhadores de outros estados para a cidade cresceu. De acordo com Reinaldo Tronto, a dinâmica do trabalho no corte da cana, consequência da expansão da monocultura, “diminui o tempo e o gozo da vida no local de moradia”, impossibilitando uma vida digna.

Por essa razão, Maria Lianora optou por deixar o emprego e abriu um pensionato para nordestinos que vinham à cidade em busca de trabalho. Na época, os pensionatos eram comuns na cidade e, em sua maioria, ofereciam alimenta-

ção e uma cama em quartos compartilhados por até oito pessoas. O geógrafo afirma que “trabalhadores do corte da cana eram confinados em cortiços e alojamentos, presos pela fome e miséria, pela violência e ameaçados pela escravidão por dívida”

Maria Lianora reflete sobre o trabalho. “Cortar cana é muito triste, se tem um trabalho que não sinto falta é esse; por isso saí desse serviço”, desabafa. Foi com o dinheiro da pensão que ela conseguiu criar os filhos de maneira digna, pois “com o corte de cana não era possível.”

COMÉRCIO RELATA QUEDA DE 55% EM CAJURU NA PANDEMIA

EMPRESÁRIOS UTILIZARAM AJUDA GOVERNAMENTAL PARA EVITAR DEMISSÕES; MAS CRISE CONTINUA

GEISIANE CANTUÁRIA

O ano de 2020 impactou consideravelmente no comércio de Cajuru, principalmente nos setores considerados não essenciais, que viram suas receitas recuarem até 80%. Em alguns casos, nos mais críticos, perdeu-se 100% do faturamento, como nos bares e similares.

Mas, o impacto da pandemia, de acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Comercial e Empresarial de Cajuru (ACEC), atingiu também os comércios essenciais que relataram queda entre 30% e 80%.

Comerciantes precisaram utilizar benefícios disponibilizados pelo governo para sobreviver e reduzir demissões. Do total pesquisado, 62 empresas fizeram uso de algum benefício, sendo os mais utilizados a antecipação de férias, afastamento por até 60 dias ou redução de jornada, abrangendo total de 299 funcionários das empresas pesquisadas.

A ACEC diz que os recursos utilizados pelo comércio foram importantes na manutenção das vagas de trabalho, garantindo que muitas pessoas continuassem com seus empregos. Reforça também que os empresários mostraram versatilidade ao começar a empreender pelos canais digitais, já que era o meio possível de venda na fase mais crítica da pandemia, garantindo que os protocolos de segurança fossem seguidos, evitando aglomerações em espaços físicos.

O IMPACTO NO COMÉRCIO

Poliana Silva Moretini, proprietária de uma loja de produtos infantis, iniciou um empreendimento online no ano de 2020. A lojista relata que para ajudar a manter o rendimento precisou iniciar seu próprio e-commerce.

Com iniciativas como essa, os empresários da cidade conseguiram atra-

vessar 2020, apesar das dificuldades. Porém, em 2021, no período crítico da pandemia entre março e maio, quando houve muitas demissões e as vendas caíram ainda mais. A comerciante Poliana, como outros, encerrou o negócio.

Os números de 2021 devem comprovar estatisticamente relatos como esses feitos pela empresária. De 2019 para 2020, no entanto, os dados da Prefeitura Municipal de Cajuru indicam até mesmo um pequeno crescimento. Em 2019 foram abertos 154 novos empreendimentos comerciais e 111 fechamentos. Já no ano de 2020, foram abertos 160 novos empreendimentos comerciais e houve 74 encerramentos.

O portal da transparência, destinado a publicar dados sobre os municípios, mostra que em 2020 os gastos correntes para manutenção geral da cidade como segurança, educação, saúde entre outros, em comparação com o ano de 2019 subiram cerca de 60%.

AUXÍLIOS NECESSÁRIOS À POPULAÇÃO

Cajuru é um município da região de Ribeirão Preto, que vem passando por transformações constantemente, principalmente relacionado à moder-

nização da cidade. A economia local é movida pelas indústrias, comércio e produção agroindustrial.

Ainda assim, nem todos têm as mesmas oportunidades e no ano de 2020, com a pandemia, a cidade registrou treze moradores em situação de rua, de acordo com dados apurados no CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social da cidade.

Quanto aos auxílios federais, até outubro de 2020, 964 famílias estavam cadastradas no Cadastro Único para receber o bolsa-família. Após esse mês, as inscrições foram fechadas, para que o sistema não fosse sobrecarregado com a chegada de mais famílias em busca de auxílios.

Alcélia Maria Souza, mãe de dois filhos e moradora de Cajuru, informa que recebeu o benefício durante toda a pandemia, tendo ficado dois meses sem o auxílio. Após ter o benefício retirado, passou a receber o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional, como apoio à população.

“Foi uma grande ajuda, e suficiente. Porém dinheiro é algo que precisamos gastar com consciência”.

O auxílio emergencial foi encerrado no dia 31 de outubro e o governo começou a pagar o Auxílio Brasil.



Centro de Cajuru na pandemia: comércio parado e prejuízos

Geisiane Cantuária

FUTEBOL FERREIRENSE GUARDA GLÓRIAS E LEMBRANÇAS

CLUBES DE PORTO FERREIRA MANTÊM A TRADIÇÃO INCLUINDO O FUTEBOL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA



Júlia Cruz Gatto

Palco de grandes emoções, o Vila Formosa hoje está invadido pelo mato

JÚLIA CRUZ GATTO

Após 66 anos de sua inauguração, o Clube Sociedade Esportiva Palmeirinha, de Porto Ferreira, teve parte do seu estádio vendido para quitar dívidas trabalhistas. No local, os empresários que adquiriram a área vão construir novos espaços para indústrias e lojas de cerâmicas.

Em outubro, ao serem divulgadas nas redes sociais imagens do campo principal em situação de abandono, moradores da cidade e amantes do futebol demonstraram tristeza e desapontamento. Sócios do clube relatam que não

foi fácil “abrir mão” do espaço, mas devido a dívidas antigas herdadas não havia outra alternativa. Há cerca de trinta processos tramitando na Justiça, como mostra o site JusBrasil.

O estádio da Sociedade Esportiva Palmeirinha, chamado de Vila Formosa, inaugurado em 1955, foi palco de jogos das principais divisões do futebol paulista, além de ter sediado a taça São Paulo de Futebol Júnior, em 2015 e 2016. O último grande jogo disputado no estádio foi um amistoso entre o Palmeirinha e o Corinthians, então campeão brasileiro de 1990. O placar foi 1 X 0 para o Palmeirinha.

CLUBES DE LAZER E ESPORTIVOS

Outro clube tradicional da cidade é Porto Ferreira Futebol Clube, fundado em 1912 para promover lazer e atividades físicas para os moradores. A atual sede do clube é conhecida como Ferreirã e foi inaugurada em 1995. Atualmente, o Ferreirão abriga, entre áreas de lazer e práticas desportivas, uma escolinha de futebol que oferece treinamento de iniciantes, nível intermediário e avançado, recebendo alunos de 4 a 15 anos. A equipe técnica tem entre os professores, Alexandre Gatto, o Xande. “Meu papel como professor é incentivar meus alunos a conquistar seus sonhos, sem tirar os pés do chão”, diz.

Outro clube que faz parte da história de Porto Ferreira é o Clube de Campo das Figueiras. A escolinha de futebol recebe alunos de 3 a 17 anos e, segundo o professor e pós-graduado em Treinamento Esportivo e em Neuroaprendizagem, Renato Marrichi, o retorno das aulas está sendo gradativo, como é necessário para o condicionamento físico dos praticantes que estavam parados devido à pandemia. A escola também promove campeonatos internos para incentivar os alunos e que também servem como “meio de identificar os garotos que mais se destacam e trabalhar eles com um diferencial”, relata o professor.

NOSSA REGIÃO

UM MUNDO APARENTEMENTE PERFEITO DENTRO DO IMPERFEITO

CONDOMÍNIOS PROTEGEM AS CRIANÇAS, MAS ISSO PODE GERAR PROBLEMAS, DIZEM OS ESPECIALISTAS



Ruas tranquilas e seguras

MARIA EDUARDA FRANCISCO

Ribeirão Preto expande sua área urbana a cada dia e os condomínios estão se tornando o objetivo de moradia que querem mais sossego e segurança. No bairro Recreio das Acácias, um local de condomínios horizontais de grande porte, residências de diferentes espaços fechados, com portarias, vigias e, portanto mais seguros.

Porém, as vantagens desse mundo protegido e reservado também podem

ser prejudiciais para crianças e adolescentes, pois ao morar em condomínios acaba-se criando a ideia de um mundo perfeito dentro do mundo real. “As crianças criadas em condomínios fechados apresentam certa dificuldade com as diferenças entre as pessoas”, diz a pedagoga Ludmila Silva, formada na faculdade Moura Lacerda e atualmente trabalhando no Jardim Iguatemi e no bairro Jardim das Palmeiras.

BOLHA SOCIAL

Ao lado das vantagens, os moradores desses empreendimentos podem, sem perceber, estar levando a vida dentro de uma bolha. Olavo Barreto, sociólogo formado, graduado e mestre pela Unesp de Araraquara, atualmente professor no ensino médio e curso pré-vestibular conta que “qualquer bolha é prejudicial para a convivência social. Geralmente a bolha é considerada como o retrato de uma forma de interagir, pois na bolha não existem ideias ou classes diferentes, como também não há violência, pobreza, fome e miséria”. Já para a pedagogia, “uma visão geral sobre a forma como as crianças são protegidas do

mundo e seus perigos, viver nessa bolha é sim prejudicial ao desenvolvimento global da criança”, explica Ludmila.

Está presente nesse cotidiano, o choque cultural como a consequência do esforço e da ansiedade resultante do contato com uma nova cultura. “Acredito que choques culturais tendem a ser bons, ser sujeitado a novas experiências permite enriquecer a vida, podendo desenvolver maior empatia e ter uma percepção mais real da realidade podendo proporcionar autoconhecimento, diz o sociólogo Olavo Barreto.

Por esse ponto de vista, quanto maior o choque cultural maior será a aprendizagem. Caso haja espaços, vácuos no desenvolvimento global da criança, a tendência é que essa lacuna atinja o processo de ensino/aprendizagem. Na educação, “acaba prejudicando bastante, pois os indivíduos ficam mais individualistas, apresentam pouca resiliência e têm dificuldades em enfrentar desafios, frustrações do mundo real. Os pais devem procurar deixar a criança lidar com algo além dos muros do condomínio”, orienta Ludmila Silva.

MORADORES TÊM MEDO E PEDEM SAÍDA DE EMPRESA DE VALORES DO SANTA CRUZ DO JOSÉ JACQUES

SOB RISCO DE AÇÕES CRIMINOSAS VIOLENTAS, VIZINHANÇA SERVE DE “ESCUDO” CONTRA ASSALTOS

HUGO LUQUE

Em mais uma tarde de sol no bairro Santa Cruz do José Jacques, em Ribeirão Preto, João Martins Neto, 60 anos, observa de sua janela, no quarto andar de um edifício, a movimentação dos carros-fortes em mais um dia de trabalho na sede da Protege, localizada na rua Humaitá. Há dez anos na vizinhança, o aposentado já se acostumou a viver cercado por guardas armados com escopetas e revólveres, mas não se sente mais seguro por isso.

“Sendo vizinho da Protege todo este tempo, vivemos com muito medo, sensação de insegurança, uma preocupação de que a qualquer hora possa acontecer um assalto com tiros e explosões no prédio da empresa”, relata o ex-engenheiro civil e funcionário público, morador de um dos prédios da rua Canesin, poucos metros a noroeste da sede.

Com o aumento exponencial de ataques aos veículos blindados e às sedes das empresas, principalmente a partir de 2016, o medo dos moradores da região cresceu de forma proporcional. No período, um abaixo-assinado com cerca de 500 assinaturas, que pedia a remoção da Protege do local, percorreu todos os prédios da região e chegou ao Ministério Público, sem sucesso.

Habitante da região e, na época, representante da Associação de Moradores do Jardim Irajá, Itamarati e Santa Cruz, o vereador Elizeu Rocha (PP) lembrou o caso e afirma que “o medo convivia e convive diariamente com as famílias, potencializando-se a cada ação criminosa que vitimiza empresas de transporte e guarda de valores”.

No período entre 2016 e 2018, os ataques a carros-fortes e sedes dessas empresas aumentaram 53% em todo o país e o Estado de São Paulo se tornou o mais afetado. Em Ribeirão Preto, logo no primeiro ano do levantamento, realizado pela ABTV (Associação Brasileira de Transporte de Valores), 40 assaltantes levaram cerca de R\$ 50 milhões de outra empresa do tipo, na Av. Saudade, no que se tornou um dos cinco maiores assaltos já registrados no Brasil.

MORADORES SERVEM DE ESCUDO

A diferença, no entanto, está na localização. Enquanto a empresa assaltada em 2016 não fica em meio a residências, a Protege do Santa Cruz divide até mesmo um muro com um prédio residencial de 15 andares. De acordo com o vereador, em torno de 500 famílias moram



Prédios residenciais querem ficar longe do perigo

em um curto raio de distância do local e 9 mil habitantes vivem no bairro.

Ao mesmo tempo que a estreita rua em que o galpão se localiza, aliado à vizinhança repleta de moradores, desencoraja ataques criminosos por conta das poucas rotas de fuga, o vereador e Martins acreditam que a empresa utiliza os moradores como “escudo”.

“Com certeza, aqui no Santa Cruz, a Protege não foi assaltada ainda porque os prédios e os moradores servem de escudo”, assegura o aposentado Neto, no que é apoiado por Elizeu. “Sim, acreditamos que uma ação criminosa no local seria mais difícil pelo fato de a empresa estar situada em local rodeado por ruas estreitas e cercado por prédios”.

“Por outro lado, caso haja alguma tentativa de assalto, acreditamos que eventual ação será de grande vulto, podendo inclusive comprometer a estrutura física dos prédios pelo uso de bombas e artefatos explosivos, além da perda de vidas e de famílias, tendo em vista a elevada densidade populacional”, completa o político.

Apesar de todo o medo que ronda a região, o presidente da ABTV, Ruben Schechter, garantiu, em nota, que todas as empresas do tipo realizam suas operações “com rigor de segurança e se preocupam em proporcionar um ambiente de boa convivência com a vizinhança”.

Todavia, a empresa parece não demonstrar tal preocupação em manter o bem-estar da população vizinha no que diz respeito à precaução. Ainda segundo a nota, em caso de assalto, o ideal é seguir o que os órgãos de segurança pública orientam, e isso demonstra, tanto para Neto como para o ex-presidente da Associação de Moradores, certo des-

caso, já que nunca foi divulgada à vizinhança nenhuma diretriz sobre o que fazer em caso de ataque.

CADA UM POR SI

Desta forma, o morador, que lidou com construções durante muitos anos, precisou desenvolver seu próprio plano de proteção. “No caso de acontecer um assalto ao local, orientei meu filho e minha esposa para correremos para as escadas do nosso prédio que fica na parte central”, disse.

“Ali permaneceríamos até que a situação fosse controlada pela polícia. Essa reação é porque os nossos quartos estão voltados para a lateral da Protege. Com esse armamento pesado que os bandidos usam, apenas uma parede não seria suficiente para nos proteger. Já na parte central do nosso prédio contaríamos com a proteção de várias paredes”, detalhou.

Para se defender de mais reclamações, a Associação fez questão de ressaltar que, neste caso específico, “quando a empresa foi instalada, não existia tamanha concentração populacional na área e, portanto, competiria ao poder público ter adotado, no passado, restrições para a ocupação residencial no local”.

Na visão de Elizeu Rocha, entretanto, é inegável que quando a empresa foi instalada, “inexistiam assaltos direcionados a empresas de transporte e guarda de valores como os vistos atualmente, de modo que se no passado pouco risco traziam”.

Schechter rebate essa opinião e enxerga que “por uma questão constitucional de direito adquirido, [a empresa] não pode ser questionada em relação ao desenvolvimento de sua atividade no

local”, já que possui autorização da legislação vigente.

Por outro lado, o ex-presidente da Associação vê uma brecha na permissão. “Entendemos que o Poder Executivo, por ato próprio e com base no perigo atual que a empresa representa, possa revogar a licença de funcionamento, com base no artigo 4º, XXVI, ‘b’, da Lei Orgânica do Município”.

Tal artigo imputa à Prefeitura a responsabilidade de revogar a licença de locais que desenvolvam atividades prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, ao meio ambiente, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes da região. Esse, inclusive, foi o argumento que levou a proposta do vereador, à Câmara Municipal.

PAPEL DA PREFEITURA

Na ocasião, Rocha havia conseguido um aval da Câmara para a remoção da empresa, mas o debate parou após resposta positiva na primeira discussão. No final de 2018, o mandatário da ABTV respondeu, em entrevista, às reclamações do político, afirmando que suas intenções eram “inconstitucionais e eleitoreiras”.

Incomodado com a resposta do líder da entidade, ele diz respeitar a opinião, mas lamenta a ignorância quanto aos riscos impostos às famílias vizinhas. Além disso, Rocha ainda acredita que,

mesmo com o apoio das legislações existentes, a Protege poderia se mudar, já que “exerce atividade de alto risco e, por assim ser, é adequado que sua sede esteja em local afastado para minimizar os riscos nos arredores, tal qual ocorre com empresas que exercem atividades de risco”.

Para o vereador, mais importante do que prejuízo financeiro é o prejuízo da perda de vidas. A fim de diminuir também as perdas da empresa, Neto vai por outro caminho e entende que a Prefeitura poderia ajudar no caso oferecendo descontos na realocação da Protege.

“A Protege deveria se mudar para um local afastado de adensamento predial e residencial, talvez para uma área industrial”, opinou o ex-engenheiro. “Como a princípio não havia nenhuma restrição para este tipo de empresa em locais com adensamento de prédios e residências, tiveram o alvará de funcionamento aprovado. Sendo assim, a Prefeitura deveria incentivá-los a mudar e daqui para frente ter a proibição deste tipo de empresa em áreas adensadas de prédios e residências”, concluiu João.

UM PRECEDENTE PERIGOSO

O advogado Marco Aurelio Gritti, consultor em Segurança, tenente coronel aposentado da Polícia Militar e mestre em Segurança Pública, acredita

que obrigar a empresa de transporte de valores pode abrir um precedente perigoso para outros estabelecimentos que lidam diretamente com dinheiro.

“Pode abrir discussão sobre vizinhos de bancos na área central. Ou seja, esses bancos também terão que buscar outros locais?”, indagou.

No entanto, na mesma toada de Neto, Gritti recomenda aos moradores que, em caso de ataque, “permaneçam dentro de casa, longe de portas e janelas, deitados no chão, num cômodo bem envolvido por paredes, já que pode haver disparos de fuzis”, e alerta: “nada de filmar, fotografar ou ver o que está acontecendo. E assim que possível, ligar para o 190”.

Para evitar confrontos, que podem resultar em vítimas, o consultor é categórico: “o melhor a fazer é investir em inteligência, tecnologia e prevenção, acionando as forças de segurança o mais rápido possível pelo 190. Quanto mais tiros de fuzis, mais riscos a inocentes”.

O mais importante, enquanto nada de mais grave acontece, é estabelecer um diálogo entre empresa e vizinhos, segundo o especialista. “Essa questão deve ser objeto de discussão entre a empresa, a comunidade, o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) local e a Defesa Civil, no sentido de encontrar um bom termo, sobretudo em relação a ações preventivas”.

CITY VIRA REFERÊNCIA EM SEGURANÇA COMUNITÁRIA

ATIVO DESDE 2017, PROJETO NA ZONA SUL RESULTA EM QUEDA DE 90% DAS OCORRÊNCIAS E CRIMES



Placa indica condomínio virtual

Antônio Mele

ANTÔNIO MELO

Localizado na zona sul da cidade, o bairro City Ribeirão deixou de ser alvo de criminosos para se tornar referência em segurança. Desde 2017, câmeras de monitoramento instaladas por meio do projeto Vizinhança Solidária, vigiam as ruas do bairro ribeirão-pretano.

O sucesso, porém, não veio de imediato. Mesmo com a instalação das primeiras câmeras, os índices de criminalidade não diminuam e famílias continuavam a se mudar do local por falta de segurança. Em 2018, um morador, que prefere não ser identificado, decidiu alterar o cenário de vulnerabilidade mostrado pela mídia. O território foi dividido de forma

simbólica em quatro diferentes partes: norte, sul, leste e oeste.

Com a divisão, foi possível realizar um levantamento dos locais necessários para a instalação dos equipamentos, gerando um ‘muro virtual’. Com o tempo, a vizinhança adotou o sistema e passou a colaborar de diferentes formas, dando possibilidade para o surgimento do Condomínio Virtual.

O projeto não conta com a participação de nenhuma empresa de segurança. Todo o monitoramento é realizado por moradores voluntários, o que fez com que o custo fosse bastante acessível. “Anualmente cada residência participante rateia o valor em torno de 500 reais para manutenção, nova instalação e reposição de equipamentos. Com estes valores, também instalamos placas sinalizadoras em todas as ruas, placas estas que já foram copiadas em vários outros bairros de Ribeirão Preto”, afirma a moradora Anna Mendes.

INCLUSÃO DOS MORADORES

Para que houvesse o engajamento dos moradores no projeto, cada residência participante recebeu o acesso às câmeras do entorno de sua casa. Através de grupos em redes sociais, os moradores

interagem uns com os outros, alertando sobre a presença de carros e/ou pessoas estranhas e acionando, sempre que necessário, a Polícia Militar para que seja feita a abordagem.

Além da segurança, outros grupos temáticos também foram criados para pets, limpeza urbana, água, energia, asfalto e outros. Existe ainda um grupo de emergência para cada área do bairro que serve como um “dispositivo” em casos extremos, que já resultou no salvamento de uma vítima de infarto e em um caso de invasão.

NÚMEROS

Após um ano da implantação do Condomínio Virtual, de acordo com estatísticas da PM, o índice de ocorrências na City caiu em 90%. Além disso, os imóveis foram valorizados em 35%.

O morador que liderou a iniciativa diz que o bairro passou a ser referência neste segmento e ser reconhecido com um bairro modelo. Outras localidades, inclusive de fora de Ribeirão Preto, procuram a City pedindo orientação para a implantação do modelo de projeto. “O sucesso se deve a cada um dos moradores apoiadores e ao grupo de voluntários que, unidos, o tornaram possível”, finaliza.

INVASÃO COMERCIAL DIVIDE OPINIÕES NO JARDIM AMÉRICA

FUNDADO PARA SER RESIDENCIAL, O BAIRRO SOFRE TRANSFORMAÇÕES E O COMÉRCIO TOMA CONTA

MARIA JÚLIA OLIVEIRA e
MAURO MARINHO

O Jardim América surgiu na década de 1950, a partir do desenvolvimento socioeconômico e populacional de Ribeirão Preto. Naquele período houve a aprovação e planejamento de loteamentos na cidade, entre eles o Alto da Boa Vista, planejado para ser um bairro residencial, com lotes de 250 metros quadrados.

A experiência deu tão certo, que pouco depois o Jardim América surgiu com o mesmo modelo, pensado com uma localidade apenas residencial e tranquila para famílias morarem e criarem seus filhos. Por muitos anos, o bairro foi tranquilo e seguro, mas com a chegada do comércio na região, a segurança dos poucos moradores que ainda residem no local passou a sofrer risco por suas ruas desertas e escuras no período da noite.

“O comércio não foi planejado como o bairro Jardim América; ele não tinha a separação de comercial e residencial porque imaginavam que o centro da cidade pudesse suprir as necessidades dos moradores da região”, afirma José Aníbal Laguna, engenheiro, presidente do Conselho Deliberativo da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP).

Porém, o centro passou a não suprir as necessidades e, por falta de tempo, da distância e da demora para se locomover, os próprios moradores começaram a organizar comércios “clandestinos” em suas casas para facilitar a vida.

Com o crescimento do comércio já existente e a aparição cada vez maior de novos empreendimentos, os moradores que eram proprietários desses negócios, até então clandestinos, entraram em contato com a Prefeitura Municipal e com vereadores para que aprovassem e legalizassem os comércios nos seus imóveis residenciais.

Conforme o surgimento de novos estabelecimentos e o número alto de solicitações para aprovação, o plano diretor, que prevê e planeja o crescimento do município, a fim de pensar no bem comum do desenvolvimento da cidade e não em interesses particulares, aprovou a criação de áreas comerciais no bairro Jardim América, para legalizar os estabelecimentos já abertos e criar normas para os que ainda seriam criados.



Perigo em ruas escuras e com poucas residências

EVOLUÇÃO E PERDA DO SOSSEGO

Para alguns moradores do bairro o comércio é uma evolução, como afirma Juliana Galhardi, residente há pouco mais de 10 anos. “A gente cresceu com essa evolução, o imóvel evolui e acaba sendo bem visto, bem localizado e nosso bairro passa a ser um bairro que chama a atenção, porque é um bairro que é próximo de tudo. Com a tecnologia e a inovação nós conseguimos chegar em cinco minutos na maior parte dos lugares”.

Porém, para Claudete Vieira, antiga moradora do bairro, a chegada do comércio acabou atrapalhando. “De um bairro tranquilo se tornou um local com um movimento muito superior de carros. Hoje, você tem dificuldades de encontrar uma vaga para estacionar de tantas empresas que vieram pra cá com seus funcionários e clientes”.

Com a chegada do comércio, o movimento no bairro passou a ser apenas durante o dia. Já à noite as ruas ficam desertas e escuras. “A dificuldade de lidar com essa parte comercial é a invasão; a gente acaba perdendo nossa privacidade e a qualidade do nosso espaço territorial. As pessoas vão invadindo nosso espaço toda vez que se monta um comércio próximo. A gente perde a autonomia de vagas, no trânsito; perde também a qualidade daquilo que o bairro pode nos proporcionar; e infelizmente a gente passa a não conhecer nossos vizinhos e as pessoas que necessariamente circulam pelo nosso bairro”, afirma Juliana.

“Já cheguei a cogitar me mudar do bairro. Hoje, uma rua que era tranquila, se tornou muito movimentada apenas na parte do dia, uma rua que você tem que ter muito mais cuidados pois o trânsito piorou. Porém, em compensação de noite se torna perigoso porque como é comércio nada funciona, fica uma rua vazia, escura e perigosa”, conta Claudete.

FALTA DE SEGURANÇA COMPROVADA EM NÚMEROS

Ao analisar as ocorrências policiais registradas por mês, no banco de dados da Polícia Militar, é possível verificar um aumento nos indicadores de criminalidade em relação aos anos anteriores. Em 2020, durante o período de janeiro até agosto, o número de furtos de veículos registrado foi 183, enquanto nesse mesmo período em 2021, 270 casos já foram registrados. Esse número significa somente 16 casos a menos que o total de furtos de veículos no ano inteiro de 2020, que registrou 286 casos.

Para Laguna, a segurança é uma problemática que dificilmente será resolvida, uma vez que o bairro foi planejado com o conceito de ser apenas residencial. O engenheiro diz que o planejamento de segurança de um bairro com áreas comerciais é diferente e que o Jardim América carece de projeto de segurança residencial. Para ele, a solução mais fácil é partir de movimentos individuais, contratando vigias noturnos, até que a prática vire algo coletivo.

TREZE DE MAIO SE TRANSFORMA AO LONGO DOS ANOS

COM MODIFICAÇÕES CONSTANTES, VIA É REFERÊNCIA NO COMÉRCIO E TEM POUCAS RESIDÊNCIAS



Logradouro da Avenida Treze de Maio homenageia Lei Áurea

LARISSA VIEIRA

Na divisa entre os bairros Jardim Paulista, Parque Bandeirantes e Jardim Paulistano, a Avenida Treze de Maio é uma das mais conhecidas e movimentadas de Ribeirão Preto. Uma das responsáveis por ligar a zona leste à zona norte, a via carrega ao longo de seus anos de história o retrato de uma cidade em constante modificação.

Referência por sua agitação noturna com boates, bares e restaurantes, a avenida marcou a vida dos ribeirão-pretanos nos anos 1980, servindo de cenário para encontros, reencontros e desencontros. Não é preciso andar muito por sua extensão para encontrar histórias de quem viveu os ‘anos dourados’ do local.

O comerciante Clivonei Eloi, dono da única banca de revistas e jornais instalada no local há mais de 40 anos, é um dos que recordam do tempo em que as ruas e calçadas se enchiam de visitantes ao redor dos estabelecimentos. “Antigamente, a Treze de Maio era um verdadeiro point, tinha muitos barzinhos, ficava muito agitado, lotava de gente em todo canto”, relembra.

Se na década de 80 a avenida era famosa por atrair a atenção dos jovens e adultos noite adentro, atualmente é o movimento comercial um dos principais atrativos. Do ponto em que se inicia, na rotatória da Praça da Bíblia, conhecida como rotatória do Mosteiro, até o ponto em que termina, na rotatória Aristóphanes Prudente Corrêa, a do Comercial, poucas são as edificações que ainda abrigam residências.

Entre concessionárias de veículos, mercados, creches, escolas, bancos, restaurantes, unidade de pronto-atendimento em saúde, farmácias e postos

de combustíveis, a avenida parece comportar, em seus mais 1,5 km de comprimento, uma espécie de ecossistema capaz de oferecer tudo o que os moradores e visitantes precisam, a poucos passos de distância.

Sempre movimentada e nada silenciosa, a Treze de Maio é estratégica para as paradas de ônibus e pontos de mototáxis. Além do frenesi do trânsito, o barulho das sirenes vindo de ambulâncias em descolamento até à UPA preenche o ambiente.

É nesse cenário que famílias retiraram seu sustento em trailers de lanche, barracas de frutas e outros empreendimentos de micro porte. Graças à migração de representantes do setor comercial para a avenida, a Treze se destaca ao lado de outras como a Nove de Julho e a Francisco Junqueira.

Para o historiador Sérgio Campos Gonçalves, a transformação do perfil da avenida é resultado do processo natural de ocupação do espaço urbano. Neste processo, o historiador destaca que é justamente o movimento da população local, que molda quais as novas características que determinado espaço vai possuir com o decorrer do tempo.

“Existiam, por exemplo, os bares nos anos 1980, mas em algum momento a dinâmica da sociedade e a economia da cidade foram mudando o perfil da avenida, as populações locais envelhecendo e, junto a isso, outros negócios atraindo o público jovem em diferentes lugares”, explica.

Gonçalves ainda aponta que assim como a avenida, outras importantes vias da cidade passaram por transformações em suas estruturas. Como exemplo, o historiador relembra quando a avenida Maurílio Biagi era palco

para carnavais de rua e outros eventos populares. Assim como aconteceu na Biagi, a Treze de Maio também passou por mudanças e deixou de ser referência pelos eventos.

Atualmente, a maioria das festividades já não ocorre como antigamente. No lugar de blocos e desfiles a céu aberto, carros, motos e ônibus disputam espaço no asfalto.

“O perfil comercial da avenida foi sufocando as opções de moradias ali. Não tem muitos prédios residenciais diretamente na avenida. Esse perfil ficou para dentro do bairro. O Jardim Paulista é um bairro de alta densidade populacional e essa transformação do bairro foi iniciada na avenida Treze Maio”, aponta.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Uma pausa na correria do dia, uma distração para a mente atribulada ou um choque de realidade para quem anda distraído. Independente do produto escolhido, palavras-cruzadas, revistas ou noticiários, o atendimento oferecido na banca de jornal de Clivonei Eloi é sempre repleto de atenção e disponibilidade.

Em meio ao movimento frenético, o vapor do atrito entre asfalto e pneus e o barulho dos veículos, a banca 13 de Maio se mantém como um verdadeiro portal para outra dimensão em plena avenida. Ao atravessar, o consumidor encontra a quase completa obsolescência do digital.

Aos 55 anos, Eloi é o responsável por manter a banca de mais de três metros em ordem. Ao alcance dos olhos, clientes encontram jornais, revistas e até uma bombonière. É que com o passar dos anos e o avanço da tecnologia, a imersão na banca já não é mais um atrativo tão forte ao público.

O jornaleiro diz que quando foi montada por seu pai, Alcides Soares Miranda, em 1980, a realidade vivida pela população local era outra e os produtos tradicionalmente comercializados, como os jornais e revistas, tinham muito mais saída. Hoje em dia, a conta do mês do comerciante só fecha graças aos agregados ofertados no local.

“Atualmente não dá para fazer um salário para mim e para a minha irmã que também ajuda aqui; está complicado. A banca diminuiu muito o movimento e o que mais vende acaba sendo os agregados que você coloca nela, como chip de celular, alimentos, água. Itens de utilidades no geral”, aponta.

Eloi ainda afirma que a presença de jovens em busca de artigos impressos tende a acontecer em épocas específicas em virtude de algumas demandas escolares. Fora as exceções, destaca os idosos como a maioria de seus clientes. “Vêm muitos idosos na banca, sai bastante palavras-cruzadas. Durante a pandemia, isso aqui foi um refúgio para eles”, diz.

Ainda de acordo com o jornaleiro, passar pelos momentos de maior restrição da pandemia trouxe desafios ao estabelecimento. Sem boa parte da circulação de pessoas na avenida e com os clientes isolados em suas casas, o comerciante chegou a realizar entrega de palavras-cruzadas e jornais a domicílio.

Foi durante ações como essa e ao analisar os anos de história e tudo que sua família já viveu desde o surgimento da banca, que Eloi constatou a importância do local como patrimônio histórico do município.

Para ele, apesar dos desafios, ainda há prazer em ser jornaleiro. “A gente vem procurando outros caminhos, porque, da banca, apesar de ser um patrimônio da cidade, está meio difícil de sobreviver. Mas vamos tocando o barco; eu gosto daqui e do que eu faço”, afirma.



Banca de jornais 13 de Maio resiste à era digital

EM FAMÍLIA

Inaugurada em 1980, a Padaria e Lanchonete da 13 é um dos pontos comerciais mais antigos e tradicionais da via. Quem passa pelo local, seja em passeios de carros pela movimentada avenida ou durante corridas matinais, quase nunca vai embora sem antes experimentar os pães, salgados e doces vendidos naquele comércio.

Localizada na esquina com a rua Iguape, a padaria se consagrou no ponto e resistiu às mais variadas instabilidades econômicas enfrentadas ao longo de seus mais de 40 anos de existência. Durante a pandemia de Covid-19, não foi diferente. O estabelecimento precisou mudar a forma de atendimento para não abandonar os fiéis clientes.

Um dos responsáveis pela padaria, Luiz Fernando e Silva, genro do fundador do estabelecimento, aponta que mudanças foram necessárias. “A pandemia afetou, mas a gente buscou trabalhar de outra forma, com entregas na porta e o

delivery. Graças a Deus deu tudo certo, conseguimos atravessar esse pior momento”, diz.

Atualmente, já podendo atender os clientes no interior do estabelecimento, a padaria segue a tradição de estar com as portas abertas antes das 7 horas para garantir o café da manhã da clientela. No local onde avô, filha, genro e netos trabalham, o horário de expediente só termina depois das 19h.

É no dia a dia dentro da padaria que ao menos três gerações se encontram e dividem espaço. Cláudio Marques Martins, de 74 anos, foi o responsável por erguer o estabelecimento que, antes de se tornar padaria, foi uma loja de inseticidas. Ainda ativo no dia a dia, Martins lida com algumas limitações impostas pela idade, mas faz questão de seguir trabalhando na padaria que viu nascer.

Silva, o genro, percebe, com clareza, a transformação pela qual passou a avenida Treze de Maio. Segundo ele, é possível concluir que o ponto tem se tornado cada vez mais comercial com o passar dos anos e, apesar de atrativo para os comerciantes, o local já esteve em fases melhores.

“Até uns 10 anos atrás o movimento era bem melhor do que é hoje. Continua bom ainda, bem focada em comércio, bastante movimento de pessoas, mas não como antes”, afirma.

Mesmo com as adaptações e transformações inevitáveis durante os anos, os atuais administradores da tradicional padaria esperam continuar servindo de referência para os moradores e visitantes do bairro. Silva não sabe o destino do estabelecimento, mas deixa escapar sua expectativa. “Aqui é uma tradição de família, já passou de pai para filho e vamos ver se agora a geração dos netos vai querer assumir. Se quiserem, a padaria vai estar aqui”, diz.



Panificadora e Lanchonete da 13 carrega 40 anos de tradição

SOLIDARIEDADE, AMOR E CUIDADOS PARA QUEM PRECISA

INICIATIVAS SOCIAIS AUXILIAM MORADORES DE RUA, IDOSOS E DEFICIENTES VISUAIS NO JARDIM IRAJÁ

LUIZ FELIPE SCIARRA e
VINÍCCIUS OLIVEIRA

Rogério Donizete de Paula, 47 anos, perdeu a visão há cinco anos, ao ser diagnosticado com Retinose Pigmentar. A doença se manifesta quando as células fotorreceptoras do olho (cones e bastonetes), responsáveis por converter a luz em imagem, deixam de funcionar, dificultando a formação da imagem pela retina. Com o passar do tempo, o problema progride e a visão é comprometida. No início, Rogério vivenciou momentos de angústia e desespero, mas superou barreiras e hoje tem vida tranquila e ativa, não só na Adevirp, mas fora dela também.

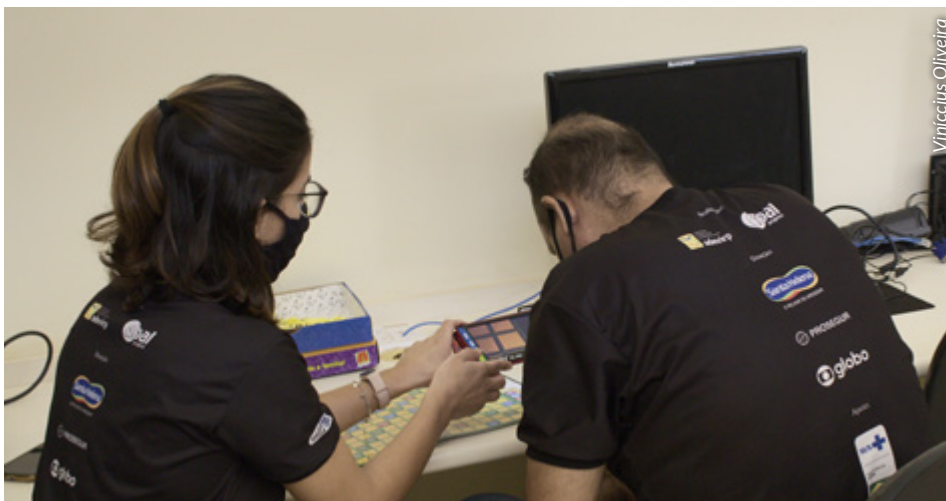
A Adevirp (Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto) é uma organização de sociedade civil situada no bairro Jardim Irajá. A instituição surgiu em 1998, coordenada pela professora Marlene Taveira Cintra, em parceria com a escola estadual Prof. Cid de Oliveira Leite. Naquele colégio, foram observadas a carência e necessidade da inclusão socioeducacional das pessoas com deficiência visual.

Atualmente, localizada na Avenida Leais Paulista, 706, a Associação dispõe a seus frequentadores toda a estrutura adaptada para o aprendizado e integração de indivíduos com problemas de visão. A Adevirp recebe atualmente 200 deficientes visuais, de Ribeirão Preto, região e Sul de Minas.

Entre esses beneficiados está Rogério de Paula, que foi indicado pelo Hospital das Clínicas de Ribeirão para fazer na Adevirp a sua reintegração social. Graças ao trabalho desenvolvido ele superou as barreiras. “A Adevirp me ajudou bastante, sou dependente de mim mesmo”. O ex-pedreiro cozinha, estuda e realiza atividades domésticas na Associação, além de treinar Goalball. Dia 30 de outubro, até participou de campeonato desse esporte em Mogi das Cruzes. Sem hesitar, ele destaca a importância da instituição em sua vida. “A Adevirp se tornou a minha casa, mudou minha vida”.

RICAS HISTÓRIAS

Outra entidade situada no Jardim Irajá é a Anjos da Rua. Criada entre amigos, há cerca de cinco anos, a iniciativa oferece mantimentos básicos para moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente, o grupo de amigos se reunia para a preparação e distribuição de 80 marmitas pela cidade, porém o trabalho se ex-



Terapia Ocupacional realizada na associação

pandiu e hoje cerca de 2.500 marmitas acompanhadas de 250 cestas básicas são entregues a pessoas desamparadas. A entidade é registrada como pessoa jurídica de direito privado e todo o trabalho se mantém ativo a partir das doações e auxílio da população em geral.

Segundo Juliana Alencar, fundadora e presidente da entidade, em épocas especiais como o Natal e o Dia das Crianças, a Anjos da Rua distribui alimentos, roupas e brinquedos. No último dia 12 de outubro, 300 crianças foram presenteadas. Para arrecadar recursos, também são promovidos eventos como a feijoada beneficente. Na última, foram vendidos 451 kits.

Além da Adevirp e dos Anjos da Rua, o Irajá também abriga o Lar Santa Rita, fundado em 1928 pela união de um grupo de membros da igreja católica que se sensibilizou com a população pobre daquela época. No início, se reuniam para confeccionar roupas para os necessitados. Depois, passaram a distribuir alimentos e remédios.

Hoje, o local atende 20 idosos, de Ribeirão Preto, em situação de vulnerabilidade social e com vínculos familiares fragilizados. Esses abrigados têm moradia digna, alimentação saudável, atividades recreativas, confraternização em datas comemorativas e todo o respaldo necessário para um envelhecimento feliz e com qualidade de vida.

LEIS REGULAMENTAM ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Segundo João Gabriel Fernandes Manzi, assistente social e docente no curso de Serviço Social da Unaerp, o termo correto para entidades de direito privado e fins públicos seria Organizações da Sociedade Civil (OSC). Essas instituições são regulamentadas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que foi posteriormente alterada para a Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Estão previstas na lei “a entidade privada sem fins lucrativos, as sociedades cooperativas previstas e as organizações religiosas”. É importante ressaltar que, no Brasil, o termo “ONG” não tem valor jurídico, ou seja, o mesmo é definido como associação e iniciativa privada do terceiro setor.

De acordo com Manzi, o Código Civil (Lei nº 10.406/02) define as associações como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Desta forma, as entidades constituem um agrupamento de pessoas, com uma finalidade comum, que perseguem a defesa de determinados interesses, sem ter o lucro como objetivo. Os registros das entidades e associações são feitos em cartórios, conforme informado pelo docente.

SERVIÇO

Associação Anjos da Rua RP
Fone: (16) 982001169

Associação de Caridade Santa Rita de Cássia
Fone: (16) 3623-4828 / 3620-2598

Associação Deficientes Visuais Ribeirão Preto - ADEVIRP
Fone: (16) 3916-3968 / 3916-4655 / 39131900

LENDAS E ESTÓRIAS CONVIVEM ENTRE TÚMULOS RICOS E POBRES

CEMITÉRIO DA SAUDADE GUARDA LENDAS SOBRENATURAIS EM MEIO ÀS SUAS 7.704 SEPULTURAS



Cruzeiro no centro do Cemitério é local de depositar desejos e agradecimentos

RENAN GALATI

Além da história tradicional sobre um cemitério que todos podem visitar, o que mais este lugar pode oferecer? Essa é uma pergunta difícil de responder porque depende da crença de cada um, da religião, das tradições e cultura em que os indivíduos são criados. Mas, cemitérios, em todas as culturas e em todas as partes do mundo, são lugares místicos e cheios de lendas. E o Cemitério da Saudade não é diferente.

Inaugurado em 30 de setembro de 1893 e localizado no Campos Elíseos, o bairro mais populoso de Ribeirão Preto, o Cemitério abriga 7.604 túmulos e 2.622 gavetas ossuárias. Até 29 de outubro de 2019 haviam sido sepultados ali 134.114 pessoas, segundo o último dado contabilizado oficialmente pela Secretaria de Infraestrutura, disponível no site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Caminhando pelas ruas do campo-santo, observa-se nos jazigos a representação da cidade dos vivos. Há túmulos sofisticados, construídos com ricos mármore e adornados por esculturas que são verdadeiras obras de arte. Bronze nos acessórios, vasos esculturais, largos espaços demonstram o

poder econômico da família à qual pertence aquela sepultura.

O status do túmulo vizinho pode ser outro. Bem simples, de tijolo, caiado de branco ou azul, com flores de plástico desbotadas pelo sol e pelo abandono. Pessoas pobres, esquecidas, foram ali sepultadas um dia, convivendo ao lado da opulência de mausoléus.

Ricos ou pobres, novos, velhos, brancos, negros, até crianças, mulheres, homens, jovens, de diversas crenças, raças e classe social: no Cemitério da Saudade, sepultos guardam histórias sobrenaturais, contadas com muito gosto por coveiros e vigias que passam a maior parte de seus dias ou noites na cidade dos mortos.

TÚMULO DO ZEZINHO

Entre os túmulos que mais chamam atenção está o do Menino Zezinho, na quadra 12, classificado como milagroso. Tido como santo para muitos, ali são colocadas oferendas, desde cachaça a brinquedos e objetos infantis. Sobre a lápide, plaquinhas com agradecimentos pelas graças alcançadas. Ninguém sabe explicar tal fenômeno. Dizem que ele morreu em 1947 e que sofria de elefantíase. Depois da doença, teria tido uma visão com Santo Antônio e passou a benzer pessoas. Crenças como essa, mitos e rituais são adotados por devotos em busca de

esperança, cura, fim de sofrimentos, realização de sonhos e acalento.

O COVEIRO

A morte, o luto, o velório, as últimas homenagens, o sepultamento são vivências em todas as tradições, na maioria cercadas de dor e lamento. Para os profissionais que labutam nessa área de trabalho, os rituais vão se tornando comuns e cotidianos e é assim também com os coveiros.

Realizar aberturas de covas, sepultamento e exumações são algumas das atividades de Adilson dos Santos, coveiro há mais de sete anos no Cemitério da Saudade. Para ele, a escolha desse serviço foi pela necessidade de sobrevivência, sendo uma das únicas chances de conseguir um salário no final do mês.

Com seu dia a dia dentro do cemitério, Santos, 49 anos, diz já ter visto de tudo, inclusive fantasmas. “A partir das duas ou três horas da manhã, entre as quadras onze e doze, não é muito bom passar por ali, porque é possível escutar alguém gritando “ooouuu” e te chamando. Então nem pense em responder”.

Outra história marcante, é a “rua do cachorro”, na qual um túmulo contém uma escultura em dimensões reais de um cachorro. A funcionária Adriana Aparecida, que atua na administração do cemitério, conta que a falecida tinha um cachorro que acompanhou



Renan Galati

Túmulo do cachorro é uma das muitas curiosidades do Cemitério da Saudade

seu sepultamento e permaneceu ali. Passou a viver ao lado do túmulo de sua dona até morrer e ser enterrado junto a ela, no mesmo jazigo. Na lápide, uma placa traz a epígrafe: “Assim como fostes meu amigo na vida, serás também na morte”.

Essas e outras histórias são contadas e recontadas pelos vigilantes que têm como tarefa supervisionar e manter a segurança do local, fazendo rotas de moto pelas ruas das quadras.

A LOIRA QUE FOI NA FESTA

Para quem não segue o campo do espiritismo, é difícil explicar sobre pessoas mais sensíveis, que tendem a ter a capacidade de sentir a “presença” de algo não material, não palpável. Mas, para os coveiros, isso é comum.

Durante a madrugada, o ambiente pode ser tenso entre as ruas do campo-santo, explica o ex funcionário do Cemitério da Saudade, Jesus Marcelo, que trabalhou por mais de nove anos no local. Ele lembra que em uma madrugada, viu uma aparição, ou uma “ilusão”, de um homem totalmente de branco no meio de uma das ruas. Apreensivo, pegou a moto e se dirigiu para chegar mais próximo, porém, quando chegou, a imagem havia simplesmente sumido.

Uma das lendas urbanas mais contadas em quase todas as localidades é a da mulher loira. Pois no Cemitério da Saudade, os funcionários mais

antigos dizem que em um dos mausoléus há uma loira que gosta de passear durante as madrugadas. Eles até brincam que ela já convidou um deles para sair.

Certo dia, a loira saiu para ir a uma festa. Lá, encontrou-se com um rapaz que se ofereceu para levá-la para casa no fim da noite. Ao se aproximar do Cemitério, ela disse que havia chegado, desceu do carro e desapareceu adentro, conta Santos.

O coveiro Edmilson Gonçalves, 36 anos, que trabalha há dois anos e meio, narra que durante um sepultamento, ouviu um familiar do falecido

afirmar que a pessoa que estava sendo enterrada não estava no caixão, e sim sentada em cima do jazigo.

Segundo os especialistas, quando coisas tristes e sem solução acontecem é comum as pessoas buscarem algum sentido e significado em suas crenças e misticismos. E, tratando de um evento como a morte, seus significados podem ir além do que se acredita ser o fim. Os cemitérios vão guardando essas histórias, lembranças boas e outras dolorosas. No Cemitério da Saudade, não seria diferente. Por isso, é um lugar de reverência aos que compartilharam a vida e ali repousam para a eternidade.



Renan Galati

Capela que recebe missas semanalmente